



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 128/129

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB José Maria Ferreira
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 128

106ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 04

Expediente:

Comunicado 04

Requerimentos 04

Projetos de Lei 10

Pequeno Expediente:

Dep. Barbosa Neto 16

Dep. Elza Correia 18

Dep. Plauto Miró Guimarães 20

Dep. Reni Pereira 21

Dep. José Domingos Scarpellini 23

Dep. Luciana Rafagnin 24

Grande Expediente:

Dep. Elio Rusch 26

Dep. Jocelito Canto 28

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. Reni Pereira 22

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB

Dep. Jocelito Canto 29

Liderança do PDT

Dep. Barbosa Neto 17

Liderança do PFL

Dep. Plauto Miró Guimarães 20

Liderança do PMDB

Dep. Elza Correia 18

Liderança do PT

Dep. Luciana Rafagnin 25

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 31

Liderança do Governo

Dep. Jocelito Canto 32

Liderança da Oposição

Dep. Plauto Miró Guimarães 34

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 35

Discussão / Votação:

2ª Discussão (Votação em) 36

Redação Final 36

3ª Discussão 36

2ª Discussão 36

1ª Discussão 37

Requerimentos 40

Encerramento da Sessão 41

Publicações Administrativas 41

Balancete Financeiro:

Outubro/06 42

DIÁRIO Nº 129

21ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 45

Presenças 45

Abertura da Sessão 45

Expediente:

Requerimento 45

Projetos de Lei 45

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

Redação Final 46

1ª Discussão 46

Discussão Única (Proposições) .. 51

Requerimento 56

Encerramento da Sessão 56

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 128

106ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....03

Presenças.....03

Abertura da Sessão04

Expediente:

Comunicado.....04

Requerimentos.....04

Projetos de Lei.....10

Pequeno Expediente:

Dep. Barbosa Neto16

Dep. Elza Correia18

Dep. Plauto Miró Guimarães.....20

Dep. Reni Pereira21

Dep. José Domingos Scarpellini23

Dep. Luciana Rafagnin.....24

Grande Expediente:

Dep. Elio Rusch.....26

Dep. Jocelito Canto28

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. Reni Pereira.....22

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB

Dep. Jocelito Canto.....29

Liderança do PDT

Dep. Barbosa Neto 17

Liderança do PFL

Dep. Plauto Miró Guimarães..... 20

Liderança do PMDB

Dep. Elza Correia 18

Liderança do PT

Dep. Luciana Rafagnin..... 25

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 31

Liderança do Governo

Dep. Jocelito Canto 32

Liderança da Oposição

Dep. Plauto Miró Guimarães..... 34

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 35

Discussão / Votação:

2ª Discussão (Votação em) 36

Redação Final..... 36

3ª Discussão 36

2ª Discussão 36

1ª Discussão 37

Requerimentos..... 40

Encerramento da Sessão 41

Publicações Administrativas..... 41

Balancete Financeiro 42

DIÁRIO Nº 128

106ª SESSÃO ORDINÁRIA

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 106ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
21 DE NOVEMBRO DE 2006**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Carlos Simões e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Carlos Simões,

Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Natálio Stica, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (39).

Ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Geraldo Cartário, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Padre Paulo Campos, Ratinho Júnior e Waldir Leite (12).

Em licença médica os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Luiz Fernandes da Silva Litro e Neivo Beraldin (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Comunicado

COMUNICADO Nº 2498

Venho, através do presente, informar aos Exmos. Srs. Deputados, que o Deputado Caíto Quintana encontra-se em licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico que acabamos de receber.

A licença teve início no dia 15 do corrente mês e não há previsão para alta até o presente momento.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) MESA EXECUTIVA

ATESTADO MÉDICO

Luiz Carlos Caíto Quintana, encontra-se internado neste serviço desde 15/11/06, para tratamento médico, ainda sem previsão de alta até o momento.

Curitiba, 21/11/06.

(a) DR. MARCOS H. BUBNA - CRM 14067

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2515

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a prorrogação por mais vinte e cinco (25) dias do prazo prescricional para apresentação do relatório da CEI - das Ocupações das Fazendas do Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) ELIO RUSCH

Apoioamento:

Barbosa Neto.

REQUERIMENTO Nº 2514

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2519

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem REQUERER, que seja justificada a ausência na Sessão Plenária dos dias 20, 21 e 22 de novembro de 2006, por motivo de tratamento médico.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) NEIVO BERARDIN

REQUERIMENTO Nº 2485

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Francisca Pereira Meurer, ocorrido no dia 19 de novembro de 2006, na cidade de Salto do Lontra/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de seu esposo, Sr. Marcos Meurer, enviando correspondência à Rua Pedro Bernardes, nº 720, CEP 85670-000 - Salto do Lontra/PR.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento de Dona Francisca causa profunda tristeza à família e aos amigos que desfrutaram de seu convívio. Foi mãe dedicada, esposa e companheira.

Cuidou de seu lar com esmero e por seus méritos em vida, deseja-se sinceramente que Deus acolha sua alma e que lhe proporcione o descanso merecido.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa desse Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de pêsames e condolências.

REQUERIMENTO Nº 2494

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Dr. Frederico Ferraz Lewin, servidor deste Poder Legislativo, ocorrido dia 14 de novembro/2006, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, nesta Capital, no último dia 14 de novembro, o Dr. Frederico Ferraz Lewin, que era advogado e funcionário do Poder Legislativo.

Era filho do Dr. Helio Airton Lewin e de D. Ana Maria Ferraz Lewin.

Deixou dois filhos: Gustavo Fontes Lewin e Pedro Lewin.

O infausto passamento do Dr. Frederico veio abrir enorme lacuna não apenas no seio da família, mas entre seus colegas e seu vasto círculo de amigos, dentre os quais nos incluímos.

Grande para nós foi sua perda. O amigo seguro e impertérito que era desaparece. Permanecemos, porem, fiéis à sua memória e seus exemplos e suas lições hão de continuar a ser a nossa bússola na luta pelo bem estar de nossa gente.

Repousa, pois, valente lutador. Que Deus na sua infinita bondade lhe restitua na outra vida o muito que fez pelos seus semelhantes.

Tombou mais um lutador. A morte no seu perambular incessante, não respeita nem fortes nem fracos. Por isso caiu nosso amigo Frederico, quando ainda no aceso da luta, levando consigo, entretanto, a certeza de haver lutado com denodo e altivez, o combate da honra e do dever.

Amigo é coisa para guardar debaixo de sete chaves, dentro do coração.

Amigo é para se guardar do lado esquerdo do peito. Mesmo que o tempo e a distância digam não.

Mesmo esquecendo a canção, o que importa é ouvir a voz que vem do coração. (No dizer de Milton Nascimento)

Descansa em paz amigo Frederico.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de Frederico Ferraz Lewin, endereçando a todos voto de profundo pesar, rogando a Deus para que lhes dê o necessário conforto.

REQUERIMENTO Nº 2496

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de pesar pelo falecimento de Emílio Mudrey, Presidente da Federação da APAEs do Estado do Paraná, ocorrido em 20 de novembro de 2006.

Emílio Mudrey, ilustre paranaense que nasceu em 18 de julho de 1944 no município de Ivaí - Paraná, casado com a Sra. Elcy Therezinha Mudrey com quem teve um casal de filhos, Emilce Rosane e Jean Erlon. Advogado, com pós-graduação em Direito Tributário e Legislação de Impostos; e Bacharel em Ciências Contábeis.

Sua dedicação ao Movimento Apaeano começou a mais de trinta anos, sempre voluntário. Foi Presidente da APAE Cascavel, no período de 1974 a 1979 e Presidente da APAE de Guarapuava. Incentivou a criação de APAEs em diversos municípios das regiões Oeste e Centro do Estado do Paraná, totalizando trinta entidades.

Contribuiu efetivamente para a criação da Federação das APAEs do Estado do Paraná. Já ocupou diversos cargos e funções neste período, tendo sido eleito Vice-Presidente no período de 1995 a 1997, em agosto de 2003 eleito Presidente da Federação das APAEs do Estado do Paraná, cargo que exercia até hoje.

Das ações realizadas em seu mandato se destaca o desencadeamento do Concurso Público para os professores das Escolas Especiais do Paraná; implantação e execução do Sistema de Informações APAE - Portais/Sites, através de software livre. Desenvolvido dentro da própria Federação se estendeu para todas as APAEs do Brasil e respectivas Federações Estaduais.

Hoje, o movimento apaeano está muito triste pela perda deste homem que nunca mediu esforços para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná se solidariza com a família do Sr. Emílio Mudrey e ao movimento apaeano, a quem externamos votos de profundo pesar.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2503

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Fabrício Padilha, aos 86 anos de idade, no município de Piraquara, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua

memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2504

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cyro de Luna, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2505

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Celestin Pontoni, aos 90 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2506

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ari Teixeira, aos 86 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2507

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osvaldo Ferrazzi, aos 62 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2512

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento, do Sr. Edval Sanches.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2481

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao professor Dr. Carlos Edmundo Rodrigues Fontes, Diretor Superintendente do Hospital Universitário Regional de Maringá, em razão do encerramento da respectiva gestão, de 2003 a 2006.

O Dr. Carlos Edmundo desempenhou o cargo de Diretor Superintendente do HU de Maringá com honradez, enaltecendo a importância da instituição para Maringá e região, razão pela qual merece o reconhecimento deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2486

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações ao município de Iguaraçu, que comemora sua instalação no dia 22 de novembro.

Através do Prefeito Ângelo Celso Zampieri, cumprimenta todos os moradores do município.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2487

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações ao município de Santa Cecília do Pavão, instalado no dia 22 de novembro de 1961, pela Lei Estadual nº 4245/60 e desmembrado de São Jerônimo da Serra.

Através do Prefeito Municipal Edimar Aparecido Pereira dos Santos, cumprimenta todos os moradores do município.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2488

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações ao município de Ourizona, que comemora sua instalação no dia 22 de novembro.

Através do Prefeito Sergio Luiz Dias Neves, cumprimenta todos os moradores do município.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2493

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Prefeitura Municipal de Pato Branco e à Comissão Central Organizadora, pela brilhante organização e realização do evento 12ª Expopato - Exposição Feira Agropecuária Industrial e Comercial de Pato Branco, no período de 11 a 19 de novembro de 2002, no Centro de Eventos, no município de Pato Branco - PR.

Do aprovado requer ainda, que do presente se dê ciência através de correspondência ao Prefeito Municipal de Pato Branco e Presidente de honra da 12ª Expopato, Sr. Roberto Viganó, e à Comissão Central Organizadora - CCO - Sr. Júlio Lattman - Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico; Sr. Ciro Conte Chioquetta, Presidente do Sindicomércio; Sr. Andrei Gomes de Almeida, Presidente da Sociedade Rural de Pato Branco e ao Sr. Frederico Vanetti de Araújo; Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Pato Branco - ACEPB.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Foi realizada no período de 11 a 17 de novembro de 2006, no Centro de Eventos de Pato Branco, a 12ª Expopato - Exposição Feira Agropecuária Industrial e Comercial de Pato Branco, consagrada como uma das

maiores feiras de negócios do Paraná e que reuniu um público de mais de 120 mil pessoas, além de expositores do Brasil e países vizinhos que puderam prestigiar as mais diversas atualidades do comércio, indústria e serviços, shows, rodeio country, entre outras atrações.

Neste ano os organizadores para dinamizar ainda mais o evento, trouxeram novidades, como a utilização de placas indicativas para facilitar ao público a localização dos estandes, empresas e sociedade rural.

A grande atração foi o Show Ambiental "Preservando a nossa Terra", um projeto paisagístico feito com maquetes de eucalipto e mais de 6.000m2 de construção para abrigar a Casa Ambiental e a Fazenda Ecológica, e que encantou os visitantes. O objetivo era sensibilizar o público para a preservação e proteção da natureza, através de ações que buscam prevenir e corrigir os impactos ambientais.

No Espaço Rural foram expostos produtos agroindustriais, da agricultura familiar e feira de artesanato, congregando as diversas comunidades rurais da região.

O sucesso da 12ª Expopato está fundamentado em fatores como organização e estrutura, e por isso mais uma vez Pato Branco está de parabéns. Com pavilhões estruturados para atender a expectativa dos expositores e visitantes, e a organização exemplar em todos os setores, fizeram o diferencial, além da promoção de shows country e atrações para o público infantil.

Com o presente requerimento, o Deputado Augustinho Zucchi, congratula-se com a administração municipal, Comissão Organizadora, expositores e demais entidades envolvidas, as quais promoveram e abrilhantaram esse importante evento do município, que tem como objetivo divulgar e incentivar o comércio da região, atividades agropecuárias e industriais, e oferecer ao público as novas tendências e tecnologias dos produtos e serviços que nortearão os rumos do mercado do futuro.

REQUERIMENTO Nº 2508

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Professora e Socióloga Silvia Motta.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência a homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2509

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos

da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Guiomar Accorsi Rodrigues Moreira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência a homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Luis Carlos Deschamps.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2511

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Edelita Maria Kelm Januário, Diretora do Departamento de Cultura e Turismo de Palmas.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2480

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Ministro de Estado do Planejamento, ao Presidente da Comissão de Orçamento do Senado Federal, ao Presidente da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, aos Senadores pelo Paraná e aos Deputados Federais do Paraná, encaminhando aos mesmos sugestões da Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais da Assembléia Legislativa do Paraná para inclusão no Orçamento da União para o exercício de 2007.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2483

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Emerson José Nerone, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social solicitando a construção de uma cozinha e refeitório, na Associação Vida e Solidariedade do Parque Industrial, no município de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado a Presidente da Associação Vida e Solidariedade, Sra. Maria do Carmo da Silva, Rua Jorge Carlos Jardim s/n, Parque Industrial (Umuarama - Paraná - CEP 87507-040).

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Vida e Solidariedade, está passando por muitas dificuldades e estão atendendo um número elevado de pessoas, no Parque Industrial, em Umuarama, devido a esse motivo, estão necessitando, com urgência, da construção de uma cozinha, com um refeitório para atendimento das pessoas que freqüentam a Associação, nos vários projetos realizados pela entidade.

REQUERIMENTO Nº 2484

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Nilton Bezerra Guedes, Chefe de Divisão de Aquisição de Terras do Incra no Paraná, no sentido de que nos forneça informações referentes às providências que estão sendo tomadas em prol das famílias acampadas no município de Icaraíma.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado aos interessados no endereço Praça Miguel Rossafa nº 5536, Umuarama - Paraná, CEP 87.502-240.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2490

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Dr. Claudio Xavier, solicitando informações sobre:

- Qual o valor dos repasses atrasados para os hospitais do município de Ponta Grossa?
- Quais são os hospitais que hoje, encontram-se por receber do Estado do Paraná?
- Qual a data prevista para o pagamento à tais entidades?

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2513

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, Cel. Rubens Guimarães de Souza, solicitando que seja verificada a possibilidade de transferência do Investigador de Polícia Milton Carlos Cinque, atualmente lotado na 7ª Subdivisão Policial de Umuarama para a 10ª Subdivisão Policial de Londrina.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2516

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de solicitação ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Luiz Fernando Delazari solicitando que haja capacitação pericial aos peritos do IML, para atendimento especializado em situações de violência contra a mulher.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 2482

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja endereçada correspondência ao Governador do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião, bem como à Diretora Presidente da Fundepar, Sra. Sandra Berenice Ferrari Turra, solicitando dos mesmos a cobertura da quadra esportiva do Colégio Estadual João de Faria Pioli, em Maringá, conforme abaixo assinado dos alunos, professores, pais, Conselho Escolar, funcionários e APMF (Associação de Pais, Mestres, Professores e Funcionários) da instituição, cuja cópia segue anexa.

Conforme atesta a comunidade escolar, a quadra esportiva está em péssimas condições, necessitando de reforma e de cobertura, permitindo melhor utilização pelos alunos.

São 1.700 alunos que reivindicam a obra e encarecem a atenção da Secretaria de Educação e da Fundepar.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2489

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviada correspondência a todos os Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais do Paraná, informando os mesmos sobre a existência de recursos federais para a construção de Centros de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência

Doméstica e Familiar e Casa Abrigo, para implementação da Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, que coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Para utilizar esses recursos federais, os municípios devem apresentar projetos e podem conhecer esses caminhos através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República.

Trata-se de informação essencial para o enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar. Esta reivindicação foi objeto de deliberação em reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente desta Assembléia, realizada nesta data.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(aa) CIDA BORGHETTI

ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 2517

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário respeitosamente REQUER envio de Solicitação ao Sr. Claudio Murilo Xavier conforme procedimentos já baixados pelo Ministério da Saúde, solicita que haja atenção voltada ao atendimento na rede pública em casos de violência contra a mulher do qual sejam imediatamente encaminhados aos órgãos competentes para que sejam tomadas providências cabíveis.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 2502

Senhor Presidente:

Hermes Fonseca Filho, Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, sejam solicitados, em caráter de urgência, à Cohapar - Companhia de Habitação do Paraná a remessa para esta Casa os documentos/informações que se seguem:

1. cópia da relação nominal das pessoas beneficiadas por essa Autarquia, com áreas remanescentes do Conjunto Habitacional Panorama II, no Município de Cornélio Procopio;

2. a modalidade de financiamento concedido a tais pessoas, para construção de suas casas.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 2518

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de pedido de informações ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, questionando quanto as providências tomadas contra o fechamento do Colégio Estadual Rafaela Jorge de Oliveira, de Florestópolis.

Em funcionamento desde 1978, o referido colégio atende atualmente cerca de 200 alunos do Ensino Médio e Fundamental em um prédio alugado que está sendo fechado. Com o fechamento do colégio, o prejuízo para a comunidade será muito grande e os pais estão revoltados. A sugestão seria oferecer a melhoria da infra-estrutura para a continuidade das aulas, evitando assim o fechamento do Colégio que atende os alunos da rede pública de ensino.

Requer ainda que seja dada ciência da decisão do Plenário desta Casa de Leis à Chefe do Departamento de Infra-Estrutura da Secretaria de Estado da Educação, Sra. Ana Lúcia de Albuquerque Shulhan,

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2520

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao Secretário Chefe da Casa Civil, pedido de informações sobre o processo do Sr. Nelson Canhetti Postigo, protocolado sob nº 3488799 de 09/02/1998, cujo protocolo anterior é de nº 65 de 1987, do IAP - ERPVI - Paranavaí. Requer seja encaminhada cópia à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná com cópias para a Comissão de Direitos Humanos desta Casa.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa recebeu reclamação de parte interessada sobre a morosidade no andamento do processo protocolado no Instituto Ambiental do Paraná, que vem se arrastando desde 1987, portanto, vinte anos, desde o protocolo na Agência Regional de Paranavaí, e que vem prejudicando sensivelmente o requerente.

Neste sentido, solicitamos o encaminhamento pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, de pedido de informações e esta egrégia Casa com cópias para a Comissão de Direitos Humanos.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 534/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, fica obrigado a criar e manter 01 (uma) Delegacia Especializada no atendimento à Mulher, ou, na impossibilidade de criação desta, fica obrigado a criar o Serviço Especializado nos casos de violência contra mulheres, em todos os Municípios em que a população seja superior a 20 mil habitantes.

Art. 2º Os Municípios do Estado do Paraná que tenham a população inferior a 20 mil habitantes e não tenham uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, ficam do mesmo modo obrigados a disponibilizar o Serviço Especializado no atendimento às mulheres em situação de violência.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A vitimização física da mulher é um dado incontestável e revela um desnível de posições sociais nas relações entre os gêneros em nossa sociedade.

Este fato demonstra que a igualdade entre os indivíduos - preceito básico na organização das sociedades que se pretendem democráticas - ainda é um objetivo a ser alcançado e que deve ser perseguido constantemente. Assim, a busca incessante pelo exercício pleno da cidadania e pela consecução de uma sociedade igualitária passa, necessariamente, pela supressão da violência a qual, infelizmente, a mulher está submetida. No entanto há ainda carência no que diz respeito aos meios de atendimento e orientação às mulheres que são vítimas de violência. Acreditamos que o aumento do atendimento especializado nas questões que envolvam a violência contra a mulher, pode contribuir concretamente para uma vida mais digna e cidadã à população feminina do Estado do Paraná. A realização de tal esforço certamente fará de nosso Estado um exemplo a ser seguido nacionalmente no combate à violência contra a mulher.

Tão grave e tão importante o tema tratado no projeto de lei, que recentemente, em data de 07 de agosto de 2006, o Presidente sancionou uma lei federal que tratava da violência doméstica e familiar contra a mulher, a qual foi denominada "Lei Maria da Penha", que prevê penalidades mais efetivas e severas aos agressores das mulheres vítimas de violência. Isso demonstra a importância devido ao número expressivo de agressões cometidas contra mulheres em seus próprios lares. Diante disso, um órgão público onde as mulheres possam ser atendidas dentro de suas especificidades, se constitui em garantia da aplicabilidade desta lei.

Cumpramos esclarecer que em todo o Estado do Paraná, que conta com 399 municípios, até a presente data só foram criadas 16 Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher e destas, apenas 09 estão em funcionamento, situação esta que não pode permanecer em nosso Estado.

Ainda, importante ressaltar que em março do corrente ano, o Governador do Estado do Paraná assinou o Pacto de Adesão ao Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, onde se inclui este atendimento especializado às mulheres vítimas de violência.

Diante do exposto, conclamamos os Srs. Deputados desta Casa a trabalharem em conjunto pela aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 535/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Resgate Bombeiro Civil (O Resgate), com sede e foro no município de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

O Grupo de Resgate Bombeiro Civil é uma Organização não Governamental, sem fins lucrativos, que atua nas áreas de socorros de urgências, traslado de pessoas doentes, prevenções e combates a incêndios, bombeiro guarda-vidas, salvamento e busca em matas, entre diversas outras atividades.

Fundada em data de 05 de maio de 2003, na cidade de Londrina, esta instituição tem por objetivo desenvolver atividades de assistência à saúde humana e social; promover o voluntariado; desenvolver campanhas de prevenção; desenvolver atividades educativas para a comunidade; formar parcerias com instituições públicas e empresas privadas; promover treinamentos, atualização, capacitação e especialização profissional; atuar como bombeiros voluntários nas áreas de socorro de urgência, prevenção e combate a incêndio, salvamento e busca em matas e outros; ministrar palestras junto a comunidade para prevenção de acidentes domésticos, além de outras ações afetas às suas finalidades estatutárias.

O esforço e trabalho desta organização não governamental já foi reconhecido a nível municipal, sendo declarada de Utilidade Pública municipal por meio da Lei nº 9.938 de 11 de maio de 2006.

Dessa forma, esperamos o devido apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação deste projeto de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa organização em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 536/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar a cessão de direitos de uso e imóvel, disposta pela Lei nº 13.447, de 11 de janeiro de 2002, situado na zona urbana do município de Sengés, no lugar denominado Loteamento Fazenda Morungava II, constituído pelos lotes nºs 01 e 02, da quadra nº 1, com área total de

654,42m² (seiscentos e cinquenta e quatro metros e quarenta e dois centímetros quadrados), contendo um imóvel residencial em alvenaria com 305,00m² (trezentos e cinco metros quadrados), na forma do matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sengés, sob nº 1.597, para a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Sengés.

Parágrafo único. A prorrogação da cessão dos direitos de uso, a que se refere o *caput* deste artigo, pelo prazo de (05) cinco anos, garantindo o compromisso de manutenção e recuperação das instalações do imóvel pela usuária.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Sengés, ao receber o imóvel através da Lei nº 13.447, de 11 de janeiro de 2002, realizou um magnífico trabalho junto ao imóvel cedido, recuperando-o com muita dedicação e carinho para poder proporcionar benefícios para a comunidade assistida pela entidade.

Sendo assim, conclamo os Parlamentares desta Casa de Leis a apoiarem a presente proposição legislativa que visa prorrogar a cessão de direitos de uso do imóvel, por se tratar de matéria de elevado mérito.

PROJETO DE LEI Nº 537/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual de Apoio Técnico Financeiro às Casas Familiares Rurais do Estado do Paraná por meio das Arcafar/Sul - Associação das Casas Familiares do Sul do País.

Art. 2º A Arcafar/Sul fará uso do recurso para contratação de monitores e auxiliar de serviços gerais para trabalhar nas Casas Familiares Rurais e manutenção da Arcafar/Sul.

Art. 3º Para efeito desta lei, considera-se Casa Familiar Rural/Mar as que trabalham com a Pedagogia da Alternância e tendo Associação de Agricultores e Pescadores Artesanais Constituída.

Parágrafo único. As Casas Familiares Rurais/Mar deve atender às seguintes exigências:

I - oferecer cursos gratuitos de Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série; Ensino Médio e/ou Técnico Profissionalizante; qualificação ou requalificação profissional.

II - Público atendido prioritariamente: filhos e filhas de agricultores familiares e pequenos agricultores.

III - Possuir uma associação autônoma, como parceria composta de pais, alunos, pessoas e entidades com-

prometidas como desenvolvimento rural e pesqueiro sustentável e solidário.

IV - Aplicar o método da Pedagogia da Alternância.

V - Ter como objetivo a formação integral da pessoa humana com a transmissão de conceitos e de conteúdos de desenvolvimento integrado, solidário e sustentável.

VI - Ser membro da Associação das Casas Familiares Rurais/Mar do Paraná vinculada a Arcafar/Sul.

Art. 4º A rede das Associações das Casas Familiares Rurais/Mar do Paraná vinculada a Arcafar/Sul compete:

I - manter atualizado o cadastro das Casas Familiares Rurais/Mar do Paraná;

II - informar os dados atualizados à Secretaria de Estado da Educação, contendo, entre outras informações:

a) número de alunos;

b) número de monitores;

c) número de demais profissionais da educação;

d) as demandas didáticas pedagógicas necessárias ao pleno funcionamento das Casas Familiares Rurais do Paraná.

Art. 5º Compete ao Poder Executivo firmar Termo de Cooperação Técnica e Financeira, Convênio ou similares com a Arcafar/Sul visando à manutenção e o funcionamento das Casas Familiares Rurais/Mar do Estado e da Arcafar/Sul, onde serão definidos os critérios para a prestação de contas de sua aplicação.

Art. 6º Observado o artigo 15 da Resolução CNE/CEU em 03/04/02 do Conselho Nacional de Educação, o Programa será subsidiado por recursos orçamentários da Secretaria de Estado da Educação e de outras que o Executivo entender possível, assim como, de recursos provenientes de doações e demais programas de fortalecimento institucional do Estado do Paraná.

Art. 7º Esta lei será regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo e entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela visa instituir um Programa Estadual de Apoio Técnico Financeiro às Casas Familiares Rurais/Mar do Paraná, através da Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil - Arcafar/Sul.

As Casas Familiares Rurais e do Mar estão presentes em inúmeros países, ensinando aos filhos de agricultores familiares, pequenos agricultores, pescadores artesanais, por meio da pedagogia da alternância, matérias específicas e gerais, proporcionando, dentre outras

importantes conquistas, a permanência de jovens no meio rural.

Essa realidade não é diferente no Brasil, em especial no Estado do Paraná, onde já estão instaladas e funcionando 36 Casas Familiar Rural/Mar. Essa realidade só é possível, pelas parcerias existentes entre os três entes federados, sociedade e famílias de alunos atendidos nas casas/escolas.

No Paraná, a Secretaria de Estado da Educação, assina convênio com a Arcafar/Sul desde 1995. E o que podemos perceber é que dependendo do Governador os recursos aplicados neste convênio oscilam. Isso está preocupando os coordenadores, os alunos, e a comunidade escolar, por isso, sugere-se a criação de um programa permanente, acabando de vez com a intranquilidade gerada pelo convênio, que inclusive abre portas para novas modalidades de investimentos.

Nos últimos anos o Governo Federal aumentou os investimentos para ampliação das sedes, capacitação de monitores, linhas de créditos para os estudantes, dentre outros, e isso fez com que tivéssemos uma nova realidade.

Podemos concluir que o projeto de lei visa, em especial, garantir tranquilidade aos coordenadores das Casas e da Associação, aos próprios alunos, aos pais de alunos e ao próprio Estado do Paraná que vê parceiros empenhados na melhora do nível de educação e na melhora da qualidade de vida do seu povo.

Dessa forma, solicitamos aos nobres Pares desta Casa sua aprovação em Plenário.

PROJETO DE LEI Nº 538/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo denominar Centro Estadual de Educação Especial Lucy Requião de Mello e Silva o antigo Educandário Santa Felicidade.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Lucy Requião de Mello e Silva, nasceu em Curitiba, em 27 de fevereiro de 1915. Lucy é a sétima filha do casal Euclides Requião e Cristina Keinert Requião. Lucy Requião casou-se em Curitiba, em maio de 1940 com o médico Wallace Thadeu de Mello e Silva. Formou-se assim a família Requião de Mello e Silva.

Lucy Requião de Mello e Silva foi ativa comerciante em Curitiba. Pequena proprietária rural na Região Metropolitana, artista plástica, professora normalista, mãe e esposa. Foi primeira dama em Curitiba, pois seu marido foi Prefeito (1951) e Vereador na Capital Paranaense.

O casal teve cinco filhos, entre eles, Roberto Requião de Mello e Silva, advogado e jornalista, empresário do comércio, oficial da reserva de cavalaria, Deputado Estadual, Prefeito de Curitiba, Secretário de Estado, Governador do Paraná duas vezes e reeleito para o terceiro mandato.

É mais do que justa a homenagem de denominar o antigo Educandário Santa Felicidade que, por determinação do Governador Roberto Requião, passou por uma total reforma, com o nome da mãe do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Contando com o voto favorável de todos os nobres colegas Parlamentares, agradeço o apoio.

PROJETO DE LEI Nº 539/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a delegar, em âmbito estadual, a execução do serviço público de formação de condutores de veículos automotores aos Centros de Formação de Condutores - CFCs.

§ 1º O serviço previsto neste artigo será delegado sob o regime da permissão ou concessão, formalizado mediante contrato.

Art. 2º A delegação do serviço público previsto nesta lei será precedida de planilha de custos, destinada a especificar a tarifa e a quantidade de prestadores para um ou mais municípios.

§ 1º O regulamento desta lei deverá prever mecanismos de revisão da tarifa, destinados à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

§ 2º A delegação poderá ser destinada ao atendimento da demanda de um ou mais municípios, suficientes para suprir a viabilidade econômica, observadas as especificações contidas na planilha de custos, não podendo abranger municípios fora da jurisdição da Circunscrição Regional de Trânsito.

§ 3º A planilha de custos será elaborada por órgãos técnicos da estrutura administrativa do Poder Executivo ou por instituição idônea contratada para tal fim, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais alterações.

§ 4º A remuneração do delegatário deverá ser assegurada pela cobrança ao usuário de tarifa que proporcione harmonia entre a exigência de prestação e manutenção de serviço adequado e o equilíbrio econômico financeiro do contrato.

Art. 3º A delegação da prestação do serviço de formação de condutores de veículos automotores dar-se-á mediante licitação pública, da seguinte forma:

I - nos municípios com até dez mil eleitores, poderá haver um Centro de Formação de Condutores;

II - nos municípios com densidade eleitoral superior a dez mil eleitores, poderá ser adicionada uma vaga para cada contingente adicional de vinte mil eleitores;

III - o eleitorado da área de cada município será aferido por certidão fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral, elaborada no fim do exercício imediatamente anterior; e

IV - os Centros de Formação de Condutores têm mandato presumido de representação na defesa dos interesses dos seus comitentes, salvo para a prática de atos para os quais a lei exija poderes especiais.

Art. 4º O delegatário deverá manter sistema de comunicação através de equipamento de informática atualizado, que possibilite o perfeito fluxo de dados com o órgão executivo estadual de trânsito, além de equipamento eletrônico hábil a efetivar a leitura digital.

Art. 5º O delegatário assumirá integral responsabilidade pela boa e eficiente execução dos serviços públicos, de acordo com esta lei, com o edital e com o respectivo contrato.

Art. 6º O serviço previsto no artigo 1º desta lei, que estiver sendo prestado por prazo indeterminado pelas atuais CFC's, terão sua continuidade garantida, devendo os novos Centros de Formação de Condutores a serem criados, se submeterem aos termos desta lei.

Art. 7º Decreto do Chefe do Poder Executivo disporá sobre o regulamento desta lei e o Órgão Executivo de Trânsito do Estado expedirá portarias disciplinando os procedimentos necessários ao cumprimento de suas disposições.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A falta de regulamentação na implantação de Centros de Formação de Condutores - CFC, tem dificultado um maior controle do Estado sobre a prestação desse importante serviço público, tendo o presente Projeto de Lei o objetivo de regulamentar o exercício da prestação desses serviços, visando assegurar melhores condições de trabalho os delegatários, assim como determinar suas obrigações e responsabilidades, e ainda, oferecer serviços de qualidade aos usuários, além de oportunizar ao Estado um maior controle sobre a qualidade e os custos dos serviços prestados.

PROJETO DE LEI Nº 540/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Casa Antônio Frederico Ozanam, com sede e foro no município e Comarca de Paranavaí.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Casa Antônio Frederico Ozanam - obra unida à Sociedade de São Vicente de Paulo, fundada em 28/07/1970, é uma associação civil beneficente e de assistência social. É uma entidade que abriga idosos de longa permanência (antigo sistema asilar).

Presta atendimento gratuito, em regime de internato, a 50 idosos carentes, sendo 23 do sexo feminino e 27 do sexo masculino.

Os internos recebem alimentação, atendimento médico, assistência espiritual, assistência psicológica e os demais serviços necessários no atendimento da pessoa idosa.

Contando com o voto favorável de todos os nobres colegas Parlamentares, agradeço o apoio.

PROJETO DE LEI Nº 541/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Matheus Iensen.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Matheus Iensen nasceu em sete de janeiro de 1937, na cidade de Imbituva, Paraná, filho do Sr. Antônio Marcos Iensen e Sra. Inocência Iensen.

Procede de uma família simples e humilde, respaldada na honradez, no respeito e na fé em Deus. Durante sua infância e adolescência desenvolveu atividades relacionadas a agricultura, auxiliando sua família. Posteriormente, mudou-se para o distrito de Três Vendas, município de Faxinal, onde passou a trabalhar em uma ferraria, adquirida pela família nesta oportunidade.

Após um grande incêndio, que destruiu totalmente a residência e a ferraria da família, o Sr. Matheus Iensen passou a trabalhar em uma serraria e, com muito sacrifício, auxiliou sua família na reconstrução de uma nova casa para residirem seus pais e seus seis irmãos.

Em seguida, a família mudou-se para o distrito de São Domingos, município de Faxinal, com o intuito de novamente desenvolver atividades agrárias, no cultivo de café.

Matheus Iensen casou-se com Mercedes Falavinha no dia 31 de março de 1956, no município de Faxinal-PR. Juntos, tiveram sete filhos; Abigail (*in memorian*), João, Daniel, Heliel (*in memorian*), Carlos Augusto (*in memorian*), Paulo e Vanderlei. Além dos filhos, tiveram também dez netos: Andréa Vanessa, João Rafael e Victória Beatriz (filhos de João Falavinha Iensen e Alvina Ramos Iensen), Suzy Cristina, Priscila e Henrique Matheus (*in memorian*) (filhos de Vanderlei Falavinha Iensen e Nilcéia Dias Bruno Iensen), Danielle Cristiani e Gabrielle Luciani (filhas de Daniel Falavinha Iensen e Giselle Cristiani Luciano de Oliveira Iensen) e Paulo e Isabela Raquel (filhos de Paulo Falavinha Iensen e Sônia Raquel Ramos Iensens).

Matheus Iensen iniciou sua brilhante carreira radiofônica na Rádio Difusora de Apucarana no Paraná, onde passou a residir, em 1964.

Em 19 de janeiro de 1966 mudou-se para Curitiba, Paraná. Nesse mesmo período deu início a suas atividades diárias no rádio através da Rádio Marumby e lançou o seu primeiro disco, como cantor sacro. Dando sequência a sua atuação como comunicador foi para a Rádio Tapajós, em São José dos Pinhais e em 16 de janeiro de 1968, oficializou o grande projeto da Editora e Gravadora Estrela da Manhã. Pouco depois passou a exercer um programa na Emissora Paranaense AM e OC, que passou a se chamar Rádio Universo. Em seguida, cumprindo mais uma etapa da expansão do Sistema Iensen de Comunicação, Matheus Iensen adquiriu a Rádio Marumby AM 730 de Curitiba e posteriormente a Rádio Diário da Manhã de Florianópolis OC de 31 e 25 metros 9.665 MHz e 11.750 MHz, hoje Rádio Marumby do Estado de Santa Catarina.

Matheus Iensen tornou-se sinônimo de trabalho e conquistas. Homem determinado e fiel, lutou incansavelmente, para expandir ainda mais a sua audiência na área de Comunicação. Em 1987, mais três emissoras de rádio passaram a integrar o Sistema Iensen de Comunicação: as Rádios Novas de Paz OC 31 - 9.515 MHz, 49 - 6.080 MHz e 25 metros - 11.725 MHz.

Sua programação alcança diariamente todo o Brasil e também vários outros países. Milhares de cartas chegam mensalmente em seus estúdios, com relatos comoventes de ouvintes que, há mais de 40 anos, ininterruptamente acompanham o seu trabalho.

Em 29 de outubro de 1988, Matheus Iensen, recebeu o seu primeiro disco de ouro, pela vendagem do LP 25 anos louvando a Deus. Mesma época em que foi eleito, pelas mais importantes gravadoras de São Paulo, como o melhor cantor evangélico do Brasil.

Revelando sua visão missionária, fundou no dia 16 de fevereiro de 1995 o MOPE (Ministério de Ondas de Paz de Evangelização), que criou fundos para a manuten-

ção de famílias de missionários vinculados à diversas denominações, dentro e fora do Brasil.

No dia 2 de julho de 2000, foi consagrado como Presbítero pela Igreja Evangélica Assembléia de Deus. Mais tarde, em 07 de dezembro de 2000, recebeu a consagração como Evangelista. E posteriormente, foi escolhido para receber a consagração como Pastor desta Igreja.

Consolidando sua liderança política, Matheus Iensen, candidatou-se a Deputado Federal nas eleições de 15 de novembro de 1986, pelo PMDB. Na oportunidade recebeu o valioso apoio da Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus do Estado do Paraná e de outras importantes denominações, bem como dos mais diversos setores da sociedade. Elegeram-se com 79.758 votos, sendo um dos três Deputados Federais mais votados do Estado.

Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, Matheus Iensen destacou-se por sua atuação séria envolvendo temas nacionais, por projetos inovadores apresentados, pelo seu comportamento ético e pela sua participação especial na elaboração da Nova Carta Constituinte de 1988, com mais de 180 emendas, sendo que 46 delas foram aprovadas. Numa análise geral, verifica-se que sua atuação abrangeu o universo das principais reivindicações da sociedade, abordando temas como: serviço público, reformas agrária e urbana, previdência, políticas militares, iniciativa privada, comunicação, defesa do trabalhador, defesa do Estado e do Legislativo.

Matheus Iensen foi reeleito como Deputado Federal nas eleições de 3 de outubro de 1990. Foram oito anos de muito trabalho e dedicação direcionada para as esferas mais sofridas da sociedade. Sua maior luta, enquanto Deputado, foi em defesa e exaltação à Bíblia Sagrada, a liberdade religiosa, a defesa da família, o posicionamento contrário a legalização do aborto, a proteção ao menor, a educação como direito de todos, saúde, segurança, uma política mais justa na esfera habitacional, o meio ambiente, a previdência social, reforma agrária, o combate contra a pornografia, a atenção especial aos deficientes físicos e outros importantes temas nacionais.

Sras. e Srs. Deputados, apresento o presente Título de Cidadão Benemérito ao Sr. Matheus Iensen, por ser, indiscutivelmente, o maior comunicador evangélico do rádio no país, homem empreendedor, idealista convicto, aquele que diariamente alcança milhares de ouvintes no Brasil e exterior, levando esperança e conseqüentemente almejando melhor qualidade de vida da população, o Sr. Matheus Iensen acredita que o trabalho dignifica o homem. O presente Título, tenho certeza, terá apoio dos nobres Parlamentares.

PROJETO DE LEI Nº 542/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O piso inicial do vencimento básico da carreira do Magistério do Ensino Superior, Professor Auxili-

ar A - Regime T-40, previsto no anexo I da Lei 14.825 de 2005, passa a ser de R\$ 1.856,18 (hum mil oitocentos e cinquenta e seis reais e dezoito centavos).

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

Um salário digno compatível com a eficiência e com o alto grau de dedicação inerente a cada categoria é a razão para a melhora nos vencimentos da classe profissional.

No Estado do Paraná há um contra-senso.

Aqueles que se doam para formar mão-de-obra capacitada para a atuação no próprio quadro de funcionários estaduais têm vencimentos menores do que a referida mão-de-obra formada, quando do ingresso na atividade pública.

O valor do salário base do servidor público estadual de nível superior, segundo a Lei Estadual 15.050/06, é de R\$ 1.856,18 (um mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e dezoito centavos), para atividade de 40 (quarenta) horas semanais em início de carreira (Classe 1, Série C, Nível 01).

Já o valor do salário base do servidor público estadual que atua como docente das Instituições de Ensino Superior do Paraná, segundo a Lei Estadual 14.825/05, é de R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais), para atividade de 40 (quarenta) horas semanais em início de carreira (Prof. Auxiliar A, Regime T-40).

Vale ressaltar que a formação para o profissional que atua como docente e para o profissional que atua como técnico-administrativo é a mesma, sendo ambos servidores com ensino superior completo.

Daí a necessidade de dar asa ao princípio da isonomia, principalmente aplicado dentro do contexto “servidor público estadual”.

São diferentes os quadros de carreiras entre os técnicos administrativos e os docentes, porém, ambos pertencem a um plano maior: são servidores públicos estaduais. Exercem atividades em um mesmo local, muitas vezes em um mesmo ambiente, porém com disparidade salarial tamanha que se chega ao limite do inaceitável.

Até mesmo a estima do profissional docente fica abalada com tal situação. Como trabalhar com a idéia de que aquele aluno que está na academia, quando de sua formatura, ganhará quase o dobro do profissional que o está capacitando, trabalhando por igual período para o mesmo empregador?

A necessidade de uma lei alterando a distorção verificada é latente, no sentido de equiparar os salários básicos das referidas categorias, elidindo, assim, as discrepâncias arroladas, legislando-se a proibição de que servidores de instituições de ensino superior que traba-

lhem com a mesma carga horário tenham pisos salariais diferenciados.

PROJETO DE LEI Nº 543/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Programa do Voluntariado Paranaense de Joaquim Tavora, com sede e foro na cidade de Joaquim Tavora, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.11.06.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres Srs. Parlamentares, tenho a honra de apresentar o Programa do Voluntariado Paranaense de Joaquim Tavora, entidade sem fins lucrativos, que muito vêm contribuindo com o desenvolvimento e promovendo a valorização e o progresso da pessoa humana, bem como incentivando a comunidade no processo de desenvolvimento social.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Deputado Caíto Quintana está afastado temporariamente para tratamento de saúde e não há previsão de alta para retornar aos trabalhos.

O primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, o Deputado Barbosa Neto.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença dos alunos e do professor João, do Colégio Estadual Guatupê, de São José dos Pinhais, junto com os Vereadores mirins daquele município, que estão visitando a Casa.

Obrigado pela presença, professor João e de todos os nossos jovens do Guatupê.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrada a presença dos alunos e a satisfação de recebê-los.

No Pequeno Expediente, o Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, o que motiva este Deputado a subir na tribuna na tarde de hoje é para fazer aqui um questionamento ao Governo do Estado em relação a uma Reso-

lução que o Governo colocou em vigor no Paraná e que em primeiro momento seria até muito benéfica para a segurança do nosso Estado.

Porém, Sr. Presidente, nós estamos em dúvidas quanto aos benefícios práticos que isso trará para a segurança do cidadão paranaense. O Governo do Estado está gratificando o soldado em início de carreira que tem um curso superior. E na verdade essa gratificação que significaria um estímulo ou incentivo para que eles pudessem estudar e receber um salário maior, acaba desmotivando toda uma tropa àqueles que não tem o curso superior, que possuem outros cursos que são afetos à função de guardar e proteger a segurança dos cidadãos paranaenses.

Senão vejamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este Parlamentar que tem pautado a sua atuação política na defesa não só das melhores condições de vida para os policiais, porque isso significa também uma condição melhor para atender também a todos os cidadãos que tendo um bom salário o policial vai ter melhores condições para poder exercer a sua função.

Só que acontece uma verdadeira distorção, um soldado que tem um curso superior, que esse curso não é afeto a sua área específica, área de segurança pública, ele percebe um salário muito maior até do que um sargento da polícia militar, um sargento que tem que fazer um curso, tem que passar por testes probatórios, psicológicos, funcionais e de habilidades também. Quero traçar aqui um paralelo, um sargento com vinte anos, como o bombeiro, por exemplo, com quinquênio de 5% sobre o soldo percebe um salário líquido com todos os descontos de 1780 reais e um soldado recém ingressado, mas que tenha um curso superior vai receber da Secretaria de Segurança Pública, ele como membro da Polícia Militar, 1800 reais de salário.

Veja bem, Sr. Presidente, nós não estamos questionando aqui o mérito daquele que tem um curso superior e que, portanto, merece ser valorizado por aquele curso. O que nós estamos questionando, é a desvalorização do sargento, do cabo, do soldado, que deram os melhores anos de suas vidas, que se prepararam para estar desempenhando aquela função, mas que acabam sendo prejudicados, porque aqui não há demérito ao curso em questão, mas um soldado formado num curso como Biblioteconomia, Geografia ou qualquer outro curso que não tem relevância dentro da sua função específica que é zelar pela segurança de todos nós, ele vai na verdade receber muito mais do que aquele que tem a mesma função e que não é valorizado e que tem outros cursos, até muito mais relevantes para que ele possa exercer aquela função de zelar pela segurança de todos nós.

Então, o governo do Estado comete uma verdadeira aberração, uma distorção. Seria o mesmo que um auxiliar de enfermagem, por exemplo - e não vai nenhuma depreciação nesta função - receber mais do que um médico.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo mais um minuto a V. Exa. ou o Horário da Liderança do seu Partido.

Passa a usar o Horário da Liderança do PDT

O SR. BARBOSA NETO

Horário da Liderança. Obrigado, Sr. Presidente.

Quero frisar e explicar bem aos nobres Deputados a nossa preocupação. Vejam, um auxiliar de enfermagem não pode ganhar mais do que um médico, que se especializou, que estudou muito mais do que aquele profissional, que também é meritório, mas que tem que receber por aquilo que ele vale, aquilo que ele merece. Até mereceria mais, mas a comparação que fazemos é válida, porque este fato foi tomado como uma alternativa do governo, às vésperas da eleição está provocando uma desmotivação muito grande entre todos os policiais militares. Não está se respeitando uma escala de valores, não está se respeitando a hierarquia, que é outra palavra tão respeitada dentro da categoria da segurança pública, seja militar ou civil.

Não é possível que um policial que faz cursos como socorrista, como guarda-vidas, cursos dentro do Corpo de Bombeiros, temos lá mergulhadores, direção defensiva na condução de viaturas, metodologia de incêndio, curso de combate a incêndio, policiais que são especializados na área florestal, estes policiais não recebem nenhum tipo de respeito por parte do Governo do Estado, que prefere, numa medida atabalhoada, às vésperas da eleição, conceder uma gratificação para aquele que tem curso superior mas que não tem nenhuma vocação com a área específica pela qual ele trabalha, pela qual ele tem que zelar pela segurança da nossa população. E ainda com um agravante, o policial que tem estes cursos, os quais mencionei, que se forma como mergulhador dentro dos bombeiros ou que é um socorrista, ele tem uma gratificação que tem um teto limite a 10% do soldo. E o soldo de um policial, hoje, não tem reajuste há quase 20 anos, este soldo é de apenas 270 reais.

Então, estes 10% significariam 27 reais a mais no salário mensal de um policial para que ele pudesse ter esta especificação. Não há nenhum tipo de incentivo para que ele possa se especializar na sua área. É muito mais fácil para um policial abandonar a sua função, porque não vai ter perspectiva de melhoria salarial e entrar, por exemplo, numa outra carreira, fazer um curso vago, de uma faculdade de plantão, porque ele vai ganhar mais do que um sargento, vai ganhar mais do que um cabo.

Veja o tamanho da aberração que foi cometida por esta resolução do Governo do Estado. Ao invés de incentivar aquele policial para que ele possa se aperfeiçoar e dar o melhor de si para a comunidade, graças aos cursos que ele pode fazer, vem uma determinação de quem não tem conhecimento da área e que gratifica apenas a quem tem um curso superior, um curso de Geografia, de Biblio-

teconomia, foram citados como exemplos por este Deputado, mas não há aqui nenhum demérito quanto à essas nobres funções; mas um jornalista por exemplo, eu me formei para essa função, se eu fosse um policial militar eu ganharia o dobro do que ganha um policial no início de carreira, ganharia mais do que um sargento. Não é justo. E o sargento que fez os cursos específicos, um ano e meio longe da sua família, aqueles que fizeram cursos como no combate a incêndio, de manejo florestal, e ainda com outro ponto que precisa ser destacado aqui de qual é a responsabilidade, por exemplo, de um soldado para com uma tropa. A responsabilidade de um sargento, de um cabo dentro de hierarquia da polícia é muito maior. Agora, um soldado que recebe mais do que um sargento está criando uma distorção e de uma desmotivação dentro de toda a corporação, porque a responsabilidade dele não é nenhuma, enquanto que o sargento é culpado, responsabilizado, afastado, processado se houver algum tipo de erro por parte do próprio comandado por ele em determinada operação.

Então, nós estamos trazendo este ponto para ser discutido, e vamos encaminhar um requerimento para que seja aprovado por esta Mesa Executiva, e portanto também por todos os Deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Paraná, que possamos fazer esse questionamento para a Secretaria de Segurança Pública. Por que não pagar aos militares, àqueles que têm cursos de especialização dentro da sua própria carreira, um soldo que seja compatível à sua função? Qual é o incentivo que um sargento, ou um cabo, tem para fazer cursos específicos nessa área? Se aquele que faz um curso de socorrista, de guarda-vidas, de direção defensiva, vai ter por cada um desses cursos vinte e sete reais por mês de aumento, com um teto limitado, o que é mais grave, sobre um soldo que não é reajustado há mais de vinte anos.

Pode até parecer uma questão de menos importância para a sociedade paranaense, mas não o é. A gente que conhece um pouco sabe da insatisfação que a categoria tem para com essa determinação. Nós tivemos aí, às vésperas das eleições, algumas medidas que foram tomadas ao arripio da lei, mas que visavam proteger apenas a uma pequena casta do comando da Polícia Militar do Paraná, com medo até de um resultado adverso o Governo visou privilegiar meia dúzia daqueles que estão no topo da carreira, esquecendo-se daqueles que estão na base, daqueles que arriscam diariamente as suas vidas para proteger a todos nós. Mas isso nós não estamos questionando aqui, isto pode ser motivo de ação judicial para que o Governo explique também essas determinações.

O que nós não podemos aceitar de forma passiva, o que nós não podemos nos calar é diante desta aberração, que o Governo volte atrás com essa resolução, não é possível um sargento com vinte anos de dedicação à Polícia Militar receber, aliás, 1.780 reais ganha hoje esse sargento; e um soldado, recém ingresso, só porque tem um curso superior, não ligado à Segurança Pública, é bom

que se frise, ganhe 1.800 reais. Nada contra aquele policial que tem o curso superior, pôde estudar, merece ser também premiado pelo seu esforço, mas nós não podemos apenas conceder um reajuste para aqueles que têm curso superior e nos esquecemos daqueles que estão há vinte anos dentro da corporação, aqueles que lutaram também, que se sacrificaram para fazer os cursos, principalmente aqueles do interior que tem que vir a Curitiba para ficar na Academia Militar do Guatupê.

Estamos recebendo, aqui, alunos desse bairro de São José dos Pinhais, que vêm a convite do Deputado Francisco Bühner, esses que ficaram longe de suas famílias, que se privaram de muitas benesses por conviver dentro da sua própria base de atuação, que lutaram, que se sacrificaram, mas que são hoje, penalizados por esse fato e são beneficiados aqueles que tem apenas um curso superior.

Eu, na condição de Deputado Estadual, preocupado com a segurança do nosso Estado, faço este pronunciamento, na tarde de hoje. É um questionamento extremamente importante para bem do serviço público da Política Militar do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas para anunciar a presença em nossa Casa do Deputado Federal Alfredo Kaefer, recém-eleito, Deputado pelo PSDB, que vai trabalhar pelo Paraná em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (**Nereu Moura**)

Esta Casa recebe o Deputado Alfredo Kaefer com muita alegria e satisfação e deseja ao nobre Deputado sucesso no Congresso Nacional.

Com a palavra a Sra. Deputada Elza Correia por cinco minutos.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas:

Cumprimento a todos os nossos visitantes, especialmente os alunos, alunas e o professor João Paulo da Rocha do Colégio Estadual do Guatupê.

Entendo como fundamental e sempre muito importante a presença de estudantes nesta Casa. A Assembléia, como Casa do Povo, precisa ser freqüentada por todos, mas muito especialmente por estudantes que podem participar e presenciar como as coisas funcionam aqui e como os Deputados atuam no cumprimento da sua obrigação na construção da democracia.

Hoje pela manhã nós tivemos uma reunião, presidida pela Deputada Cida Borghetti, Presidente da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher, da

Criança e do Adolescente, que eu refuto da maior importância.

Logicamente, que cada vez que falamos em alguma questão relativa aos direitos da mulher pode soar para alguns como coisa de interesse específico das mulheres, mas não é, é de interesse de todos nós, especialmente Deputados e Deputadas que representam o Estado do Paraná, que são os interlocutores dos direitos de cidadania e direitos humanos do povo do Paraná.

Essa reunião que foi convocada, hoje, pela Deputada Cida Borghetti, contou com importantes presenças, como a Desembargadora do Tribunal de Justiça; a Promotora de Justiça; representantes dos vários movimentos de mulheres e do Conselho Tutelar; representante do setor de violência contra a mulher do IML; do Conselho Regional Social de Medicina; do Conselho Regional de Serviço Social; da Delegada da Mulher - Darli Rafael; da Coordenadora da União Brasileira de Mulheres; da Presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina e de representantes das Delegadas da Corregedoria de Polícia Civil.

Eu menciono isso para mostrar, Deputada Arlete, que essas questões são de interesse de todos e não só de nós quatro mulheres aqui da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. É preciso que todos os Deputados tenham conhecimento e divulguem nas suas cidades, nas suas bases, a promulgação da Lei Maria da Penha. Já fiz um pronunciamento a respeito dessa Lei nº 11.340 do dia 07 de agosto de 2006. Essa não é uma lei qualquer. Essa lei é resultante do esforço e da luta de todas as mulheres e homens brasileiros que há décadas estão lutando para que seja colocada como uma questão social das mais graves a violência contra a mulher.

Então, a violência contra a mulher não pode ser tratada como uma questão de interesse privado e apenas das mulheres. Esta lei coíbe a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

O que altera esta lei? No Brasil não existia uma lei específica sobre a violência contra a mulher. Esta lei vem e deixa claro e de forma especificada a definição do que é a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Antes, a lei não estabelecia as formas de violência doméstica contra a mulher. Agora, é um tema importante inclusive para ser discutido nas escolas porque só vamos resolver a questão da violência contra a mulher quando a grade educacional incluir essa discussão dentro das escolas.

Passa a usar o Horário da Liderança do PMDB

Eu dizia que a violência contra a mulher é uma mazela que arrastamos de um século para o outro. E só vai acabar quando começarmos a discutir uma forma diferenciada e um novo modelo cultural em que meninos e meninas, rapazes e moças, comecem a ser educados

na casa e na escola de forma diferenciada. Quando interrompemos a evolução da ideologia machista. Quando pararmos de criar os meninos para o mando e as meninas para a subalternidade. Quando começarmos educar os meninos e as meninas para serem cidadãos e cidadãs solidários, responsáveis e respeitosos. Então, teremos homens e mulheres voltados para um novo modelo de cultura que seja bom para homens e mulheres.

Bem recentemente, havia uma lei que permitia a aplicação de penas peculiares como a doação de cestas básicas. havia a agressão contra a mulher, a violência contra a mulher e o agressor limpava a barra perante a Justiça oferecendo algumas cestas básicas. Agora, não. Fica proibida a aplicação desse tipo de pena. Isso é um ganho extraordinário para fazer diminuir a violência contra a mulher.

Na lei anterior, os juizados especiais criminais tratavam somente do crime. Para a mulher resolver questões de família, como separações, pensão, guarda de filhos, tinha que ingressar com outro processo na Vara de Família. Agora, deverão ser criados juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher com competência civil e criminal.

Portanto, esse não é um assunto que interessa só para mulheres. Interessa muito especialmente aos homens, muitos deles agressores.

A mulher podia desistir da denúncia na Delegacia. Agora, não. A mulher só poderá desistir da denúncia perante o Juiz. Isso faz com que não haja desistência antes da conclusão do caso.

Anteriormente, a mulher levava a intimação para o agressor comparecer à audiência. Vejam, que absurdo. A mulher vai, faz uma denúncia na Delegacia e muitas vezes colocavam nas mãos dela a intimação para ela entregar para o agressor. Veja se tem cabimento uma coisa dessas! A mulher não vai entregar a intimação para o marido, porque ele será novamente agredida e violentada. Agora, não existe mais essa possibilidade. Fica vedada a entrega de intimação pela mulher ao agressor.

A lei anterior não previa a prisão em flagrante. Agora existe a possibilidade de prisão em flagrante. A lei não previa a prisão preventiva. Agora, o Juiz poderá decretar a prisão preventiva, quando houver riscos à integridade física ou psicológica da mulher. Acabou a brincadeira.

A mulher vítima de agressão doméstica não era informada a respeito do andamento do processo. Era e continua sendo o maior descaso. Agora, a mulher tem que ser notificada dos autos processuais, principalmente, quanto à entrada e a saída do agressor da prisão, que é outro problema gravíssimo.

Antes, a violência doméstica contra a mulher não era considerada agravante de pena. Agora, o artigo 61, do Código Penal, será alterado e a violência doméstica contra a mulher será um agravante de pena. A pena para esse tipo de crime variava entre seis meses e um ano de prisão. A pena passará de três meses para três anos de prisão.

A violência doméstica contra a mulher portadora de deficiência, não aumentava a pena na lei anterior. Agora, não. A pena será aumentada em 1/3 para agressores de mulheres portadoras de deficiência. Anteriormente, a lei não previa o comparecimento do agressor a programa de reeducação. Agora, não. A lei de execuções penais foi alterada, permitindo que o juiz determine o comparecimento do agressor, para programas de recuperação e reeducação.

Pelo zum, zum, zum, como sempre, podemos perceber que não é todo mundo que está interessado nessa discussão, mas insistimos aqui e temos insistido nesses quatro anos, nessa tese, porque consideramos uma discussão dos direitos humanos e de cidadania, sim. Portanto, é de interesse de todos os 54 Deputados que estão aqui e têm que ter conhecimento dessa lei. E levar para as suas cidades, para que, seja o Prefeito, o Vereador da sua base, informado dessa questão.

O Estado do Paraná, através de um pacto de adesão assinado pelo Governador Roberto Requião, em meados do primeiro semestre deste ano, assumiu perante a Secretaria Nacional de Política para as Mulheres aderir ao Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres. Portanto, o Governo do Estado do Paraná tem a responsabilidade de nos ajudar, a fazer com que essa lei no Estado do Paraná funcione, porque ele assinou o pacto de adesão.

Como, Deputado Nelson Justus, fazer essa lei ser implementada, se nós temos 399 municípios no Estado do Paraná? Temos apenas dezesseis delegacias da mulher criadas e nove funcionando. Isso é uma vergonha na minha avaliação. Apenas nove delegacias funcionando precariamente. Tudo o que tem que tirar é tirado da delegacia da mulher: carro, escrivão, computador.

Estou um pouco cansada de bater na mesma tecla. Ao invés de sucatear e de dificultar ainda mais o funcionamento das delegacias, Deputado José Maria, no Estado do Paraná, temos que investir para que outras delegacias sejam implantadas ou implementadas, ou pelo menos um serviço de atendimento e atenção integral à mulher em situação de violência.

Por isso, há um projeto meu tramitando na Casa. Espero sinceramente que ele seja votado antes do ano que vem e que eu possa estar por aqui ainda, para ver a aprovação desse projeto, que obriga o Estado do Paraná a criar serviços ou delegacias das mulheres, nos municípios de mais de vinte mil habitantes para que as mulheres tenham direito garantido dessa lei ser aplicada, porque senão é mais uma lei que vai ficar no papel. Não adianta!

O Brasil é signatário, o Brasil tem montanhas de leis, tratados, convenções, documentos assinados para erradicar a violência contra a mulher, mas isso não vai acontecer se nós também não tivermos equipamentos sociais capazes de dar conta do atendimento à mulher em situação de violência. São seis milhões e meio de mulheres que denunciam anualmente algum tipo de agressão

em nosso País e a cada quinze segundo uma mulher sofre algum tipo de violência no Brasil e isso precisa acabar.

Então, eu particularmente já sou meio “dinossauro” nessa questão da luta contra a violência à mulher e pelos direitos da mulher. Faz trinta anos que estou no movimento de mulheres e finalmente vejo uma lei como essa ser sancionada pelo Presidente da República, mas não vai acontecer nada se não assumirmos a nossa função, a nossa tarefa de cobrarmos também equipamentos sociais que dêem conta para que essa lei seja efetivamente implantada.

Por isso a Presidente Cida Borghetti, hoje, oriundo das discussões da Comissão, já passou requerimentos que assinamos todos nós e espero a adesão dos Deputados, até porque nessa Comissão Permanente existem nós quatro Deputadas e mais onze companheiros Deputados homens que fazem parte desta Comissão e que é preciso que estejamos juntos para que os nossos requerimentos, os nossos projetos e as nossas emendas que serão colocadas no Orçamento sejam aprovadas pela Casa, porque senão será mais uma lei e mais uma tentativa que cairá no vazio, se não brigarmos para que as outras estruturas existam para nos ajudar a implantar o que não é presente, mas é direito, é condição humana que o Estado do Paraná, através do Governador Roberto Requião, que já assinou esse pacto com o Presidente Lula e que agora queremos que isso se transforme em uma realidade.

O SR. PRESIDENTE (**Nereu Moura**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães, por cinco minutos.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Não são dez, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Nereu Moura**)

A Deputada Elza usou a Liderança do PMDB.

Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Então, já pode deixar “engatado” a do PFL, porque se necessário, nós passamos direto.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados:

Em torno, mais ou menos, de oito ou dez dias fui convocado para participar de uma reunião na Câmara Municipal de Ponta Grossa, para discutir os problemas da saúde daquele município e dos municípios dos Campos Gerais. Lá estavam presentes dirigentes dos hospitais privados do município de Ponta Grossa, médicos, o Prefeito do município, os Deputados - Deputado Jocelito e a nossa pessoa - os Vereadores que compõem a Câmara Municipal de Ponta Grossa, o Ministério Público estava representado através do Promotor Fuad Farad e ali, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a discussão sobre os problemas de saúde avançaram. Naquele momento que partici-

pava, a discussão foi produtiva, porque os problemas existentes na saúde daquele município foram apontados, discutidos e a tentativa de buscar soluções o mais rápido possível, porque um pouco mais, em torno de dez dias, uma criança havia perdido a sua vida aguardando um internamento em um leito de UTI e foi manchete em um dos jornais da cidade de Ponta Grossa e acabou trazendo à tona os problemas reais que lá existem. E a discussão dentro do mundo político avançou bastante e nessa reunião que ali aconteceu, chegou-se à conclusão e apontou-se os problemas imediatos a serem sanados e ficou de se montar uma Comissão para conversar com o Governador do Estado do Paraná, ou até mesmo com o Secretário de Saúde.

Dias depois, eu lia nas primeiras páginas dos jornais da Cidade de Ponta Grossa o anúncio, Deputada Cida Borghetti e Sr. Presidente, de dezessete novos leitos de UTI, sendo seis clínicos e quatro recém-nascidos para a Santa Casa de Misericórdia no Município de Ponta Grossa; cinco leitos de UTI pediátrica para o Hospital Bom Jesus; e dois clínicos para o Hospital Vicentino. Em cima do anúncio, percebi que é um procedimento, dentro da minha avaliação, dentro do mundo político, normal. Os representantes que ali estavam, e que são aliados do Governo do Estado do Paraná, tomaram a iniciativa e foram buscar resultados para o município. E dias depois anunciaram a conquista para a saúde de Ponta Grossa. Eu fiquei contente, Sr. Presidente, porque vi que aquela reunião que ali aconteceu trouxe um resultado positivo, os aliados do atual Governador se preocuparam e foram atrás do resultado, e anunciaram na mídia de Ponta Grossa, e da Região dos Campos Gerais.

Muito bem, pasmem os senhores, infelizmente no dia de hoje, com muita tristeza, eu venho a esta tribuna e queria ler o que uma das manchetes do jornal que anunciou a implantação dos leitos de UTI, há um pouco mais de uma semana atrás, trazer uma nova manchete: Estado quer que UTI's de Campo Largo, do município de Campo Largo, atendam a cidade de Ponta Grossa. Enquanto não sai acordo entre a Secretaria de Estado da Saúde e hospitais de Ponta Grossa mais uma criança perdeu a vida a espera de leito e isso aconteceu nesse final de semana. E no texto da matéria explica aqui que não está havendo o entendimento entre a Secretaria do Estado do Paraná e os hospitais, porque a Secretaria quer que os leitos venham a ser instalados, mas não quer arcar com o custo operacional desses leitos que lá vão ser instalados. E mais, a própria Secretaria, os próprios hospitais, os seus dirigentes...

Passa a usar o Horário da Liderança do PFL

... os hospitais da Cidade de Ponta Grossa estão com os repasses do Governo do Estado do Paraná, prometidos, em atraso já há alguns meses. E tudo isso está trazendo à tona esse desencontro entre os hospitais e o Estado do Paraná. Eu espero que esse entendimento

possa acontecer, porque a matéria desse jornal, inclusive, o próprio Fuad Farag - Promotor da Saúde do Município de Ponta Grossa, mostra que para transferir aqueles pacientes pontagrossenses e dos Campos Gerais para o município de Campo Largo vai haver a necessidade de se ter mais Ambulâncias-UTI's para poder transportar os pontagrossenses para o município de Campo Largo, caso tudo isso venha a se configurar, que os hospitais de Ponta Grossa não venham a receber a implantação desses leitos de UTI's anunciados há pouco mais de uma semana. O custo do leito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o equipamento que tem um valor menor, mas o custeio desse leito de UTI faz com que os hospitais não tenham a condição financeira de arcar com a despesa sozinho. E os Estado teria que ajudar financeiramente como ajuda os outros leitos de UTI's instalados no município de Ponta Grossa e nos demais hospitais do Estado do Paraná que atendem através do Sistema Único de Saúde, o SUS.

Espero ver uma solução, Deputado José Maria, que está nos ouvindo atentamente, porque não posso aceitar que continue morrendo pessoas aguardando internamento em um leito de UTI.

E novamente no final de semana, agora, mais uma criança, mais um anjinho morreu aguardando o seu internamento num leito de UTI nos hospitais da cidade de Ponta Grossa. E a solução é uma só: investimento do Governo do Estado na Saúde Pública que vem acontecendo abaixo dos índices, dos limites constitucionais obrigatórios para que o Poder Executivo invista na Saúde Pública.

Quero nos próximos dias, poder subir nessa tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados e ver uma outra manchete dizendo que o Estado do Paraná investiu recursos nos hospitais de Ponta Grossa e conseguiu implantar estes dezessete novos leitos de UTI na nossa cidade de Ponta Grossa e não lá no município de Ponta Grossa como traz o jornal no dia de hoje!

Ponta Grossa é uma das grandes cidades do Estado do Paraná, tem um problema sério de atendimento na Saúde Pública e eu espero que o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, cumpra o que falou na campanha eleitoral: que queria investir e resolver o problema da Saúde, no Estado do Paraná. Está aqui o problema, ele que vá e resolva porque do jeito que está nós não aceitamos e não pode ficar! Não aceito que continuem morrendo crianças e adultos aguardando internamento em leito de UTI! Muito menos posso aceitar que os pontagrossenses, os moradores dos Campos Gerais tenham que ser colocados dentro de uma ambulância UTI para ser internadas no município de Ponta Grossa. Isto é uma pouca vergonha e eu espero que o Governo do Paraná solucione este problema, de uma vez por todas, porque de papo e blá, blá, blá, nós estamos cheios!

Muito obrigado!

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, para registrar a presença na Sessão de hoje dos Vereadores de Nova Santa Rosa que estão

presentes aqui: estão aí o Ademar Bloh, o Luiz Munchen, o Celso Guerra e também a Vereadora Salete Bucholz.

Sejam bem-vindos e obrigado pelas presenças.

O SR. PRESIDENTE (Nereu Moura)

Por solicitação da Deputada Elza Correia esta Mesa tem o prazer de registrar a presença nesta Casa da Vereadora Rose Ceccon, do município de Cruzeiro do Oeste e da Vereadora Salete Bucholz da cidade de Nova Santa Rosa. Sejam bem-vindas.

Com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Nereu Moura, Sr. 1º Secretário Carlos Simões, 2ª Secretária, Líder do nosso bloco, Cida Borghetti, Sras. e Srs. Deputados, eu hoje subo a esta tribuna para fazer uma denúncia, em relação aos procedimentos da Receita Federal na fiscalização de pessoas e mercadorias que passam pela Ponte da Amizade. É uma discriminação, não só para com Foz do Iguaçu mas para com o Paraguai! Mas esta discriminação contra o Paraguai se acentua na cidade de Foz do Iguaçu porque Guará também tem divisa com o Paraguai e não se adota lá o mesmo procedimento. Santa Helena tem uma aduana também e não se adota o mesmo procedimento.

Agora em Foz do Iguaçu as pessoas estão ficando quatro, cinco, seis horas na fila com a imposição de declararem tudo que passa na mão! Se tiverem dois, três, cinco, dez dólares passa, tem que fazer a declaração, sendo que a declaração de bagagem acompanhada, em qualquer aeroporto do País, em qualquer entrada do país só é feita quando excede o limite de isenção, ou seja, por via terrestre, trezentos dólares. Fora isso também os moradores de Foz do Iguaçu se passarem uma vez com dez dólares e voltarem no outro dia para comprar mais cinco dólares do lado de lá e estiverem voltando têm a mercadoria apreendida. Uma discriminação, um excesso de rigor na execução da lei, aliás se existe lei, e é por isso que eu subo hoje aqui.

O Deputado Dobrandino está entrando com uma ação contra a Receita. Vereadores de Foz do Iguaçu estão pedindo a prisão do Delegado da Receita Federal por abuso de autoridade. O Deputado Chico Noroeste acompanha essa situação e depois de acontecer um quebra-quebra, quebrarem toda aquela estrutura que foi construída lá, não adianta nós tentarmos.

Então, eu subo a essa tribuna para denunciar e pedir o apoio dos outros 51 Parlamentares e não só nós, de Foz e que até a data de amanhã, vou estar fazendo um requerimento para que o Secretário Nacional da Receita Federal diga em qual outra cidade do país está se praticando o mesmo rigor na fiscalização, os mesmos critérios da fiscalização que se aplica em Foz do Iguaçu. Isso deve ter um pano de fundo e é esse pano de fundo que nós queremos saber que está acobertando essa operação, porque

quando se construiu aquela estrutura para fiscalizar vários veículos ao mesmo tempo, várias pessoas ao mesmo tempo, o argumento era que era para dar agilidade ao processo de fiscalização e dar agilidade ao trânsito de veículos no Brasil-Paraguai. Pelo contrário, com aquela estrutura, complicou mais ainda a vida dos pedestres, a vida dos passageiros. Em Foz do Iguaçu é sempre exceção à regra, em critério de fiscalização.

Não se prende avião que vem numa linha internacional, quando um passageiro não declara o excesso de bagagem que, por via aérea é de quinhentos dólares. Eles prendem a mercadoria do passageiro. Agora, em Foz do Iguaçu, apreendem táxis, ônibus de linhas regulares, quando um passageiro, mesmo que identificado, tenha excesso de bagagem não declarado. Agora, o que é impressionante, é que turistas vindos das mais variadas regiões do país, chegam a Foz do Iguaçu, e quem é que não passa para a Cidade del Leste comprar 50, 30, 10, 20 dólares em mercadorias? Passam. Essas pessoas têm que passar pelo mesmo crivo que passam os milhares de iguaçuenses que têm o emprego ou interesses ou até mesmo, crianças que estudam do lado de lá ou do lado de cá, têm que passar pelo rigor da fiscalização.

Não é brincadeira não. Até pessoas que carregam na mão, frutas, bananas, mangas, têm que parar para mostrar o que estão passando na fronteira. É um excesso de rigor que põe em risco não só a economia de Foz do Iguaçu, põe em risco o tratado do Mercosul. Há muito tempo, o Paraguai vem denunciando que o Brasil está, por causa dessa relação via Foz do Iguaçu...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Consulto V. Exa. se faz uso do Horário da Liderança do seu Partido.

Passa a usar o Horário da Liderança do PSB:

O SR. RENI PEREIRA

Faço.

Há vários anos a fiscalização e o excesso de rigor na fiscalização em Foz do Iguaçu tem colocado em risco a relação construída há muitos anos, a relação diplomática do Brasil com o Paraguai.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Permite um aparte?

(Assentimento)

Quero lhe parabenizar pelo seu pronunciamento com relação ao abuso na cidade de Foz do Iguaçu, na fronteira do Brasil com o Paraguai. Eu já denunciei por várias vezes aqui na tribuna da Casa, os abusos cometidos e inclusive fui criticado injustamente quando defendia e acusei a omissão do Governo paraguaio e eu achei que iam cassar o meu mandato, e em favor de uma boa causa, até pode acontecer isso.

Quero parabenizar o Deputado Reni Pereira. Na verdade, é gravíssima a situação em Foz do Iguaçu. É tamanha a arbitrariedade da Receita Federal, como V. Exa. já falou. Um táxi que pega um passageiro do outro lado, com mercadoria, o taxista não tem a obrigação e não tem autoridade para olhar o que tem dentro da mercadoria. A Receita prende a mercadoria, prende o carro. Isso é absolutamente ilegal, de forma arbitrária e eu denunciei aqui e não posso entender.

Isso vem ocorrendo há muito tempo, Sr. Presidente e Deputado Reni. O Governo Federal pode até fechar essa porta, mas tem que abrir outra porta e até hoje o Governo Federal só se manifestou perante esse conflito na fronteira com a Polícia Federal, nunca sentou com as autoridades de Foz do Iguaçu para discutir o problema que é muito mais grave do que podíamos imaginar. Quero denunciar, aqui, as pessoas mais humildes de Foz do Iguaçu estão hoje mergulhados passando coisas indecentes na fronteira para não morrer de fome por falta e irresponsabilidade da Receita Federal, ou seja, do Governo Federal através dessa atitude da Receita imoral, de quebrar uma cidade tão importante como é Foz do Iguaçu. É preciso que alguém se manifeste. Portanto, parabenizo V. Exa. Deputado Reni, vamos somar esforços, vamos fazer com que o Governo sente numa mesa para discutir o problema da fronteira. E V. Exa. citou bem, como é que Guairá e outras fronteiras não é isso? Na verdade o delegado da Receita Federal com certeza está a serviço de alguém, que não é nem do Brasil.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado pelo aparte. Quero falar a V. Exa., que eu fui um dos que discordei naquela vez que o senhor foi ao Paraguai, pelo método, fiz por uma outra via solicitando à Receita Federal que declinasse com base no que estava apreendendo o táxi. E da mesma maneira agora, V. Exa. está entrando na Justiça e eu vou e quero o apoio de V. Exa. e dos demais Pares para que o Secretário Nacional da Receita Federal diga em qual cidade do país fazem a mesma coisa. De repente essa resposta pode ajudar até a V. Exa. nessa ação que o senhor move na Justiça.

Agora, o senhor tem um método em defesa de Foz do Iguaçu e eu tenho outro. Discutimos e discordamos naquela oportunidade e continuo discordando da maneira que o senhor fez. Mas o senhor atuou da maneira que achava conveniente. Agora o exército não pode atuar na segurança pública em nenhum lugar do País, atuou esporadicamente no Rio de Janeiro, mas para combater o contrabando foi lá o exército para a BR-277. Parecia uma operação de guerra, lá perto da praça do pedágio 2 quilômetros de fila revistando, mandando descer criança, tomando três, quatro pacotinhos de brinquedo, criança chorando. É um absurdo o que está ocorrendo, está virando terra de ninguém a fronteira do Brasil com o Paraguai em relação aos atos da Receita e da Polícia Federal. E isso tem, que ser revisto, porque a hora que

acontecer o pior ai não vão acusar as autoridades públicas, principalmente do Paraná, de omissão.

Os Vereadores de Foz do Iguaçu todos, independente de Partido, independente de estarem apoiando o Prefeito ou apoiando a Oposição, estão todos engajados nisso. Nós os três Deputados de Foz do Iguaçu estamos engajados. O nosso Deputado Federal, ainda que em final de mandato, também está tentando ver se corrige. Ninguém é contra a fiscalização. Deputado Dobrandino fala que o Governo tem que fechar uma porta e abrir outra. Acho que a Receita Federal tem o dever e é ofício dela fiscalizar. E como o Delegado lá fala: “não me compete achar a saída social”. Compete a nós e nós estamos cada um buscando. Agora o que sou contra é a discriminação. E a discriminação lá em Foz do Iguaçu já ultrapassou as raias da tolerância. Infelizmente ou felizmente o povo de Foz do Iguaçu e do Paraguai já está sendo muito tolerante com a situação, já existem várias notícias de que qualquer dia toda aquela estrutura que custou milhões ao erário público do Brasil vai amanhecer incendiada.

Estamos alertando para que o Governo Federal, estão aqui os nossos companheiros do PT, se existe o sexto poder ele que diga: “eu não tenho influência na Receita Federal. Eu não mando na Receita Federal.” Porque parece que é isto que está ocorrendo. Lá em Foz do Iguaçu alega-se que cumpre-se ordem. Lá em Brasília ninguém sabe quem deu essa ordem. Então, se a Receita Federal é subordinada a algum Poder que não seja o Executivo Federal, que diga. Agora, se for subordinada ao Executivo Federal, ele deve tomar providências urgentemente, porque senão, não é só Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu já está há algum tempo convivendo com esses assuntos. Mas daqui há alguns dias o Paraguai vai revidar essa situação.

Pode custar muito caro para o Brasil essa omissão. Não se esqueçam que, ali mesmo, próximo à Foz do Iguaçu já existe uma base dos Estados Unidos. Lá no Chaco já os marines dos Estados Unidos, fazendo a boa política de levar remédio, de levar assistência, de levar educação àquele povo do Paraguai. Não se esqueçam que nós dependemos da energia de Itaipu. Está a um passo do Paraguai denunciar o Tratado do Mercosul e, posteriormente, o Tratado da Itaipu Binacional. Diga-se de passagem, se as autoridades do Paraguai quiserem podem fazer a qualquer momento, não precisa esperar 2023. Daí, eu quero ver correremos atrás do leite derramado, como se correu atrás do leite derramado em relação ao gás da Bolívia. Não se esqueça, é pelas pequenas coisas que as grandes acontecem. E essas pequenas coisas lá de Foz do Iguaçu já estão enchendo contêineres de desagravo por parte do Paraguai.

Muito obrigado!

O SR. BARBOSA NETO (PDT) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente Augustinho Zucchi, apenas para registrar a presença nesta Casa, da cartorária de Uraí,

Rancho Alegre, Maria das Dores Moreira Alves, que nos visita nessa tarde.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Muito obrigado pela visita e sinta-se em Casa.

Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Venho a esta tribuna, hoje, para fazer uma defesa a respeito de um site publicado pela Prefeitura Municipal de Apucarana, contra a minha pessoa.

O atual Prefeito, que teve as suas contas impugnadas pelo Tribunal de Contas da União, por desvio de merenda escolar, no valor de 650 mil reais.

O atual Prefeito que está denunciando no Tribunal de Contas, porque contratou um advogado chamado Dr. Francisco Andrioli, por 650 mil reais, para defender o município de Apucarana, por alguns procedimento. Um absurdo, 650 mil, depois mais os aditivos, que vai a mais de um milhão de reais. O atual Prefeito que está denunciado na Operação Sanguessuga e vai ser ouvido lá em Brasília, na CPI, e pela Polícia Federal, abre um site, ontem, e coloca o meu nome, como sendo denunciado pelo Ministério Público.

É um assunto de 1993, que eles moveram esse processo contra a minha pessoa, para que eu não fosse candidato a Deputado, em 94. Depois já foi para 98, 2002, 2006 e, agora um processo que tem que ouvir uma testemunha, porque vai ser encerrado, arquivado, por falta de provas. Ele coloca lá, que José Domingos Scarpellini, ex-Prefeito de Apucarana desviou três milhões e não sei quanto de dólares. É uma soma muito grande, que se realmente tivesse isso ocorrido, eu já estaria condenado e preso há muito tempo, pelo tamanho das investigações que foram feitas contra a minha pessoa naquela cidade.

Mas ele usou um site oficial do município para por coisas de conotação política. Eu estou sugerindo a ele, para colocar também no site da Prefeitura, as condenações que ele vem sofrendo sistematicamente, pelo Tribunal de Contas, na Operação Sanguessuga, pelo Tribunal de Contas do Estado, pela Justiça Comum do Paraná.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, essas retaliações políticas realmente acontecem. O Governador Roberto Requião entrou com um processo contra a minha pessoa, alegando que eu havia feito uma denúncia infundada no caso do Rasera.

Eu estou fazendo a minha defesa e, quero dizer o seguinte, o caso Rasera, que tem uma CPI se instalando aqui na Assembléia, no dia de hoje, aqui não vai dar em nada, porque nem tempo tem para se processar a instalação e a conclusão da relatoria, dessa CPI. Mas se vocês da CPI ou da própria Assembléia quiserem buscar infor-

mações sobre a atuação do Governador Roberto Requião, no processo que veio da PIC para a comarca de Campo Largo, onde se decretou a prisão preventiva do Sr. Raserá, está lá que o Raserá também foi “grampeado” pela PIC. E no “grampo” do Raserá, a PIC comprovou que ele estava fazendo escutas e está em segredo de Justiça - lá na comarca de Campo Largo isso - mas, está lá comprovado que o Raserá fazia escutas. Isto, dito por ele próprio, para atender aos interesses do Governador, para quem ele trabalhava, no 3º andar do Palácio Iguaçu.

Então o Governador que me processou e que o Oficial de Justiça veio me citar, ontem, eu estou já indicando como prova as próprias informações da Promotoria de Investigação Criminal e o processo que corre na comarca de Campo Largo...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. tem um minuto, para concluir.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Já que o Governador quer um pouquinho de provas, nós temos esta. Estamos indicando esta prova e temos outras. Tenho 260 CDs gravados pelo Raserá. Estas gravações eram feitas para atender o Palácio Iguaçu. O Presidente dos Estados Unidos renunciou ao mandato. Tem aqui certas pessoas que não querem ouvir isto. Mas, o Presidente dos Estados Unidos renunciou ao mandato por uma “araponguice” muito menor que esta. O Richard Nixon perdeu seu mandato de Presidente dos Estados Unidos. E aqui no Paraná quem denuncia ainda é processado, como é o meu caso.

Então, quero conchamar a todas as pessoas que querem provas sobre estas situações, que eu vou indicá-las ao Tribunal de Justiça para atender ao chamamento e ao pedido do Governador Roberto Requião de Mello e Silva, para que ele possa ficar satisfeito com minhas explicações. E quiçá estas não sirvam para deixá-lo satisfeito, nós ainda teremos mais oportunidades, durante algum tempo, para continuarmos produzindo e levando provas a atender a Justiça, neste caso, porque me parece que será um reclamo e toda a sociedade paranaense, para se saber quem era o patrão do Raserá, para quem o Raserá trabalhava. Para o José Scarpellini tenho certeza de que não era.

Espero que a Justiça possa, realmente, bater um carimbo na paleta do patrão e do espião.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra à Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados; uso da tribuna neste dia, em primeiro lugar para registrar a grande

perda que tivemos no dia de ontem, do grande Líder Apaeano, o Presidente da Federação das APAEs, que morreu vítima de um acidente. Dizer também que nossa Bancada, a Bancada do Partido dos Trabalhadores se solidariza com todas as APAEs do nosso Estado do Paraná, que estão em luto neste dia.

Era uma pessoa muito querida, uma pessoa que não mediu esforços, em nenhum momento, para que realmente as APAEs do nosso Estado crescessem, fossem respeitadas, fossem valorizadas. E infelizmente, num trágico acidente, perdeu sua vida no dia de ontem.

Esta pessoa se chama Emílio Mudrey, era Presidente da Federação das APAEs do Estado do Paraná.

Começou a sua luta há mais de trinta anos sempre como voluntário. Foi Presidente da APAE de Cascavel, no período de 1974 a 1979 e Presidente da APAE de Guapuva. Incentivou muito a criação das APAEs do nosso Estado. Foram mais de trinta que o Emílio ajudou na sua construção, no seu surgimento. Contribuiu também para a criação da Federação das APAEs na qual assumiu diversas funções, diversos cargos sendo Vice-Presidente no período de 95 a 97. Em agosto de 2003 foi eleito Presidente da Federação no qual exercia esse cargo até o dia de ontem. Fica aqui o nosso voto de pesar, o nosso sentimento e a nossa solidariedade a todas as APAEs que nós paranaenses perdemos um grande líder, uma grande pessoa que se dedicou muito para aquelas pessoas que mais precisam de atenção, que mais precisam de carinho. Fica o nosso voto e o nosso sentimento.

Também quero Sr. Presidente, Srs. Deputados, lembrar aqui que ontem nós tivemos uma Sessão Solene, um dia especial que nós comemoramos, o Dia Nacional da Consciência Negra.

Quero de uma maneira especial agradecer ao Presidente Hermas Brandão que deu todo apoio para a Sessão, agradecer ao Deputado Natálio Stica que nos ajudou e presidiu a Sessão de ontem, a Deputada Cida Borghetti, o Deputado Elton Welter. Depois contribuiu muito o Deputado José Scarpellini e o Deputado Jocelito Canto. Queremos agradecer todo apoio e compreensão naquela Sessão Solene.

Quando falo da consciência negra, não posso deixar de dizer que nós tivemos avanços em relação a luta do Movimento Negro no nosso país. Também é importante dizer aqui que infelizmente, ainda existe muito a discriminação. Se olharmos os dados do IBGE do último dia 17, nós vamos ver que esses dados nos trazem uma profunda reflexão sobre a dívida social que ainda temos com a população negra. Uma dívida histórica. E também como o negro é discriminado na nossa sociedade, principalmente no que se refere a questão de renda e escolaridade. Se olharmos os dados, que apresenta o IBGE, nós temos que a população negra tem no seu estudo aproximadamente 6,7% dos negros é que estão fora da escola na faixa etária de 10 a 17 anos. Então que esse mesmo dado na população branca é de apenas 4,7%. Sentimos também que quando se refere ao Ensino Superior esse índice tam-

bém nos assusta. Enquanto 25,5% dos brancos com mais de dezoito anos freqüentam ou já freqüentaram o curso superior, entre os negros e pardos esse índice é de apenas 8,2%, e já foi pior. No ano de 2002 era apenas 6,7%. Acredito que o avanço que tivemos, embora pouco, se deve muito a luta, as cotas e que muitas universidades inclusive temos vinte universidades no país, quatorze Estados brasileiros que aderiram ao sistema de cotas. O que tem auxiliado para que o negro tenha um acesso maior e possa ter o curso superior.

Quanto ao mercado de trabalho, a pesquisa constatou que em quatro (4) regiões metropolitanas - (Salvador, Recife, Porto Alegre e São Paulo) - negros e pardos predominam entre os que procuram trabalho, pois representam mais da metade - (50,8%) - da população desocupada. Enquanto 59,7% dos trabalhadores com carteira assinada são brancos, 39,8% são negros. E o que é mais grave ainda: o rendimento médio dos brancos é mais que o dobro do recebido pelos declaradamente negros e pardos.

Então, são dados que nos assustam, a discriminação está presente no nosso dia-a-dia e nós precisamos enfrentar. Assim como falamos na questão da mulher, Deputada Elza, que precisa ser vencido o preconceito, que precisamos nos organizar muito mais, precisa ser vencido a discriminação, a violência que ocorre contra a mulher; mas da mesma forma estamos aqui falando do Dia Nacional da Consciência Negra e da discriminação, da violência que ainda ocorre com o negro.

Gostaria de dizer que foram importantes ações do nosso Governo Lula, ações que estão mudando um pouco esse quadro, embora ainda precisemos caminhar muito, precisa ser feito ainda muito, mas tivemos muitas ações importantes, entre os quais eu quero destacar aqui a política nacional de promoção de igualdade racial.

Passa a usar o Horário da Liderança do PT

(Lê):

“O que fazer diante dessa situação?”

- Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial;

- reconhecimento, identificação e titulação das terras remanescentes de quilombos (743 comunidades, cerca de trinta milhões de hectares, beneficiando uma população de aproximadamente dois milhões de pessoas);

- Projeto Terra Negra Brasil, acesso à terra para jovens de comunidades rurais negras;

- na Saúde, o Programa Brasil AfroAtitude, uma parceria do Ministério da Saúde com as universidades que adotam o sistema de cotas - uma resposta eficaz na prevenção e combate de doenças sexualmente transmissíveis e a Aids;

- na Educação, o Pro-Uni reserva bolsas aos cidadãos autodeclarados negros, pardos ou índios;

- Programa Uniafro, fortalece as atividades dos núcleos de estudos da raça negra para a formação de profissionais da educação multirracial;

- bolsas de vocação para a diplomacia, que permite, através do Ministério das Relações Exteriores e o Itamaraty, a oferta de bolsas para candidatos afrodescendentes se prepararem para os exames de seleção à carreira diplomática.

Lula - Vencer a desigualdade racial é, também, lutar por soberania. Não a soberania baseada na dominação de um povo sobre o outro, mas aquela baseada no estreitamento de relações comerciais, políticas e culturais com aqueles povos e continentes, que aspiram como nós, a um futuro de independência e dignidade. (...) Vamos caminhar juntos. Vamos acelerar o nosso passo, conscientes de que não é possível superar, em pouco tempo, o que se estabeleceu por vários séculos nos dois continentes. Essa é a verdadeira globalização humanitária; essa é uma forma de desenvolvimento pela qual vale a pena viver e lutar: aquela na qual a cor de pele de um ser humano não define o seu caráter, a sua inteligência, os seus sentimentos e a sua capacidade, mas apenas expressa a maravilhosa diversidade racial e cultural da qual somos feitos.

Essas são algumas ações do Governo Lula que faz vencer um pouco toda a discriminação e o preconceito que existe no nosso País, mas entendemos que ainda precisamos fazer muito. Mas o Governo Lula falou no Estado de Alagoas, teve um momento que para nós diz muito, e eu quero dizer as palavras, ou o pronunciamento do Presidente Lula naquele momento quando falava a uma população negra: “Vencer a desigualdade racial é também lutar por soberania, não a soberania baseada na dominação de um povo sobre o outro, mas aquela baseada no estreitamento de relações comerciais, políticas e culturais com aqueles povos e continentes, que aspiram, como nós, a um futuro de independência e dignidade. Entendo que é preciso continuar a nossa caminhada, acelerar o nosso passo, consciente de que não é possível superar em pouco tempo o que se estabeleceu por vários séculos nos dois continentes. Entendo também que essa é uma verdadeira globalização humanitária, essa é uma forma do desenvolvimento pela qual vale a pena viver e lutar, aquela na qual a cor da pele de um ser humano não define o seu caráter, sua inteligência, seu sentimento, a sua capacidade, mas apenas expressa a maravilhosa diversidade racial e cultural da qual somos feitos.

Acho que essas são apenas algumas frases, são pensamentos, mas também aqui tem dados que precisamos fazer uma reflexão sobre o nosso país, hoje, e sobre o que nós Parlamentares podemos fazer para vencer essa desigualdade, essa discriminação que, infelizmente, ainda é grande em nosso país.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Permite um aparte, Deputada?

(Assentimento)

Eu queria apenas colaborar com a fala da minha companheira Luciana Rafagnin e cumprimentá-la pelo evento de ontem.

Acho importante não esquecermos e sempre, independente de apenas ser o dia nacional de consciência negra, estar discutindo a questão das quotas e outras ações afirmativas colocadas, que são importantes, são afirmativas, fazem avançar o processo, mas por si não resolvem a situação. É um conjunto de políticas públicas, ações e tomadas de decisão, em nível de sociedade, que vão fazer nós mudarmos esse quadro, não só em relação à discriminação racial, mas em relação à discriminação contra os homossexuais, contra as mulheres, enfim, contra outros setores da sociedade.

A senhora tocou num assunto fundamental que é a discriminação dentro da discriminação, em relação aos salários, inclusive das mulheres negras. As mulheres ganham salários menores que os homens, mas as mulheres negras ganham salários menores que as mulheres brancas, até metade do salário que ganham as mulheres brancas e quatro vezes menos o salário dos homens brancos. Então, acho que isso é um dado importante quando discutimos igualdade, inclusão e justiça social.

Querida cumprimentá-la e dizer que só vamos mudar o país quando esse nosso discurso - seu, meu, e de várias outras mulheres e homens brasileiros - deixar de ser um discurso para nós mesmos, quando todos assumirmos com responsabilidade, como compromisso de todos, sejamos negros ou brancos, homens ou mulheres, das mais diferentes orientações sexuais e também poderes econômicos e políticos da sociedade.

Querida fazer essa observação e cumprimentá-la pelo pronunciamento.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Obrigada, Deputada Elza, pela contribuição. Acredito que não estamos neste mundo por acaso. Não estamos aqui, neste Plenário, por acaso. Acredito que temos muito a fazer. Todos nós temos um papel a cumprir nesta sociedade e só vamos mudar esta sociedade se cada um, realmente, fizer sua parte. Obrigada Deputada!

Obrigada Sras. e Srs. Deputados!

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Grande Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Elio Rusch por quinze minutos.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Na verdade, eu iria falar sobre o assunto que me traz à tribuna nos próximos dias, mas diante dos pronunciamentos e não sei se estarei presente na Sessão de amanhã, me inscrevi para falar no Pequeno Expediente. Por

esquecimento da assessoria ou do Presidente que antecedeu a V. Exa., nós ocupamos o Grande Expediente, já que o Deputado Neivo Beraldin não está presente.

Vou falar sobre a Fazenda Syngenta localizada no Oeste do Paraná.

A Assembléia Legislativa constituiu uma Comissão Especial, a qual nós presidimos, o Deputado Barbosa Neto é relator, os Deputados Reni Pereira e Duílio Genari fazem parte dessa comissão, juntamente com o Deputado José Maria e outros Deputados. Antes das eleições, nós visitamos a Fazenda Syngenta, bem como outras fazendas invadidas no Oeste, como a Fazenda Boito, a Fazenda 4-R, e, também, a Fazenda Quedas, todas fazendas localizadas nos municípios de Cascavel, Santa Tereza e também Matelândia.

Mas, o que nos causa estranheza é aquilo que a imprensa do Paraná e do Brasil já tem noticiado.

Abro um parêntese e digo o seguinte: não existe coisa mais sagrada do que o direito à propriedade. Isso tem que ser respeitado e está na própria Constituição. Todos nós somos favoráveis, todos nós queremos a reforma agrária no Paraná e no Brasil, mas, respeitar o direito à propriedade.

Agora, o que está acontecendo no Estado do Paraná, Deputada Arlete. Invadem-se fazendas, os proprietários conseguem a reintegração de posse e a grande maioria dessas reintegrações não são cumpridas.

E com a Fazenda Syngenta no município de Santa Tereza, e o Deputado Dobrandino, Líder do Governo, conhece muito bem essa realidade.

A Fazenda Syngenta não é uma fazenda de produção, mas sim é uma área de pesquisa. Se for uma área de pesquisa ela não serve para a reforma agrária. Dos 120 hectares de terra que formam a Fazenda Syngenta, oitenta são ocupados para pesquisas, quarenta e poucos são usados para o meio ambiente. Seja a reserva legal e para controlar exatamente a questão ambiental. E quando a Via Campesina no início do ano invadiu esta área de pesquisa e não uma fazenda de produção, eles usaram como argumento a invasão desta área, dizendo que ela se localizava dentro de área de amortecimento. E o que é área de amortecimento? Diante da legislação federal, nos parques nacionais ou preservação de áreas, até dez quilômetros não poderia se plantar nada geneticamente modificado, ou seja, o plantio de soja transgênica. E a Fazenda Syngenta, a área experimental de pesquisa, ela se localizava exatamente nesses dez quilômetros. E a Via Campesina quando adentrou e invadiu, disse que ela estava em local impróprio.

E a lei não diz que tem que estar dez quilômetros longe da reserva legal ou do parque nacional. Não. Até dez quilômetros. Poderia ser dez, cinco, podia ser um quilômetro, quinhentos metros, cem metros.

E o Governo Federal determinou agora através de uma legislação que área de amortecimento não é mais dez quilômetros, mas quinhentos metros. E a Fazenda Syngenta está fora então da área de amortecimento. E o que aconteceu?

O Governo cumpriu a reintegração de posse sob pena de pagar uma multa de cinquenta mil reais por dia se não fosse cumprida essa determinação da Justiça.

O Governo desocupou aquela área de pesquisa, cinco dias eles ficaram fora e voltaram à Fazenda Syngenta. E para surpresa, não do Paraná e sim do Brasil, o Governo do Estado declara essa área experimental como área de Utilidade Pública. Ele não desapropriou, declarou como área de Utilidade Pública que é o primeiro passo para desapropriá-la depois.

Agora pergunto: quais as consequências, Deputado Scarpellini, que essa atitude do Governo traz para a economia do Estado e para a economia do Brasil?

Ora, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, de são consciência, qual é o investidor estrangeiro que venha a investir, não no Paraná, no Brasil inteiro, quando temos um governo que fecha as portas para a pesquisa, quando um governo do Estado visa desapropriar uma área, que está sendo usada por uma multinacional no nosso Brasil, para a pesquisa. São prejuízos incalculáveis.

Espero e tenho certeza que a Justiça do Paraná e do Brasil haverão de analisar com todo critério e dentro da legislação que temos, hoje, em nosso País. Não é possível e não é admissível que nós nos calemos diante desse fato.

É por essa razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que uso a tribuna no dia de hoje, para fazer exatamente esse questionamento. O Brasil inteiro, o mundo hoje precisa avançar através da pesquisa e da ciência e fazer com que nós possamos, Deputado Luiz Nishimori, V. Exa. que é da região Norte, que conhece melhor do que nós, a realidade do campo e do agronegócio - precisamos diminuir cada vez mais o custo de produção, para fazer com que nosso produtor possa produzir cada vez mais na mesma área de terra e gastar menos. Isso só é possível se nós tivermos a pesquisa e avançarmos na ciência.

No Paraná estamos na contra-mão. A Constituição do Paraná, Srs. Deputados, no artigo 205, se não me falha a memória, dispõe que 2% da receita tributária do nosso Estado sejam destinados para a pesquisa e a ciência do nosso Estado. Esse artigo foi regulamentado por uma lei regulamentar. A lei existe, onde deverão ser aplicados 2%, e os 2% não estão sendo aplicados.

Temos a precariedade do Iapar, que é exatamente um órgão de pesquisa estatal, do Governo do Estado. Se o Governo do Estado estivesse investindo na pesquisa, não seria tão necessário que as empresas privadas investissem nesse setor. Como o governo faz, as empresas fazem, mas quando elas fazem, o Governo as impede. É contra isso que temos que nos manifestar.

Ora, Srs. Deputados, espero que o Governo do Estado reveja essa sua posição e devolva para o nosso Paraná e para o nosso Brasil a tranquilidade. Temos que fazer com que o Paraná seja o atrativo dos investimentos, para a indústria do nosso Estado.

Fiz um pedido de informações, aprovado na Assembléia, está no nosso gabinete a resposta da Secretaria da Fazenda, das maiores empresas que contribuem

com o ICMS do nosso Estado - as cinquenta maiores empresas correspondem a quase 70% da receita do ICMS do Estado do Paraná. Dessas, Deputado Vanderlei Iensen, é quase uma dezena de empresas que vieram do governo passado, que contribuem com a receita do governo do Estado. Qual é a grande empresa que veio, agora, no governo do Estado, para aumentar a nossa receita? Um outro pedido de informações que fizemos, está no nosso gabinete também e haveremos de trazer, aqui, na tribuna, ainda nesse ano, para debater essa questão. Qual foi a receita do ICMS no Estado do Paraná, em 93, 94, 95 até agora. O crescimento que houve? O atual Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, recebeu no Governo dele algo em torno de um bilhão de reais de ICMS referente à produção do Governo passado! É aquela propaganda que tinha na televisão, onde se dizia: a poupança ICMS.

A outra propaganda que tinha na televisão dizia: no Paraná se gera emprego à vista e imposto à prazo. Aliás, esse foi o motivo que o atual Governador conseguiu isentar a pequena e micro empresa do ICMS, porque a Lei de Responsabilidade não permite que você renuncie à receita e ele renunciou à receita, porque houve a compensação do ICMS referente à industrialização do Estado do Paraná. Deputado Nelson Justus, V. Exa. que foi Secretário da Indústria e Comércio do Governo passado, quantas indústrias vieram para o Estado do Paraná?

E aí até hoje não conseguimos entender e o Senador Osmar Dias também disse muito bem que não consegue entender quando o Governo diz que criou trezentos mil empregos, mas novecentos mil empregados pediram o salário-desemprego no Paraná, neste Governo. Novecentos mil pediram o salário-desemprego! Então, alguma coisa não fecha e aliás naquele último debate que houve, o Governador do Estado do Paraná disse que o pedido de salário-desemprego representava uma remuneração maior para os funcionários. Quer dizer, são algumas coisas que não entendemos, porque quem pede salário-desemprego é porque está desempregado.

Então, são alguns números, algumas ações e alguns fatos que se levantam e que deixam dúvida exatamente na sociedade e isso tem que ser esclarecido. Mas, o que quero efetivamente é que o meu Paraná, que o nosso Paraná volte a crescer e nós crescemos quando existe a parceria entre o Governo e a iniciativa privada, que quem gera o desenvolvimento econômico não é o Governo, mas sim as empresas, que quem gera a renda, riqueza, impostos e emprego não é o Governo, mas são as empresas e o Governo tem que ser parceiro. Agora, desapropriar uma área experimental de uma empresa multinacional, qual é a credibilidade que o Paraná e o Brasil têm no exterior? Qual é a credibilidade que essa atitude do Governo, em querer desapropriar uma área de pesquisa, traz para o nosso Estado e para o nosso País?

Sobre esse tema, com toda certeza, vamos falar muitas vezes ainda desta tribuna.

Agradeço, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra, por quinze minutos, o Deputado Jocelito Canto

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Estava ouvindo atento o pronunciamento do Deputado Plauto Miro Guimarães e não poderia deixar de falar também sobre a questão das UTIs e da Saúde. Não sou médico, não sou membro da saúde, mas tenho quase virado - como diz o Deputado Scarpellini aqui quando nós sabemos demais naquela área do Direito - um rábula. Então, já estou me considerando um rábula da saúde, porque todos os dias tenho acompanhado as dificuldades da saúde. Mas para falarmos da saúde de hoje, precisamos voltar um pouco mais atrás. Não dá para falar da saúde de hoje se não voltarmos um pouquinho atrás, lá atrás, durante os oito anos do Governo passado e o Deputado Plauto cobra hoje que defendemos o Governo Requião, mas foi no Governo que o Deputado Plauto defendia nesta Casa, que era Líder do seu Partido no Governo Jaime Lerner, foi nesse Governo, o Governo Jaime Lerner, que se deixou de fazer os recursos necessários serem alocados na saúde para não termos essas dificuldades de hoje.

O que se passou dos oito anos do Governo Lerner, e o Deputado Plauto sabe disso, não foi uma ambulância para Ponta Grossa, Deputado Plauto, nenhuma. Nenhuma ambulância foi para Ponta Grossa em oito anos do Governo Lerner. Neste Governo de hoje, três anos do Governo Requião, quarto ano agora, foram três ambulâncias. Três ambulâncias foram alocadas em Ponta Grossa, dessas novas. Leitos de UTIs, que toda a imprensa cobra, neste Governo já foram alocados vinte. Alguém poderia perguntar: está bom? Não. Ainda não está bom, não, nós temos que colocar mais e eles estão sendo alocados, mais dez do Pronto-Socorro e mais doze no Hospital da Criança que está sendo reformado. E o Hospital Regional que está em fase final da licitação, que sofreu agora um recurso de duas empresas, vai ter mais trinta leitos de UTI.

Então, Deputado Plauto, este Governo, com todas as dificuldades, está fazendo a sua parte. Agora, o Governo que V. Exa. representou nesta Casa foi um governo que aplicou em comunicação, gastou o dinheiro mal, e gastou o dinheiro, o senhor sabe como. Gastou demais em alguns setores, em jornais, em rádios, em jornais que hoje reclamam e que receberam verdadeiras fortunas, isso é importante dizer também. No tempo que eu era Prefeito, no tempo em que fui Prefeito, nem os leitos que a Prefeitura colocou no Hospital Municipal, o Estado teve a coragem de credenciar. A Prefeitura ganhou os leitos de Brasília, em um trabalho do Deputado Djalma, e o Estado do Paraná disse que não tinha recursos para bancar os dez leitos de UTI que nós colocamos lá. A Prefei-

tura bancou, com recursos da prefeitura, aqueles leitos, porque o Estado não quis credenciar os leitos de UTI lá no Pronto-Socorro Municipal.

Mas, Deputado Plauto, V. Exa. falou aqui sobre dois casos, e eu vou ter que discordar de V. Exa. porque que estudo, eu não falo da boca para fora, até porque eu moro em Ponta Grossa, vou e volto todos os dias, vivo todos os dias em Ponta Grossa, sofro na madrugada, muitas vezes, com pessoas precisando de um leito de UTI, brigo. Às vezes entro em pânico porque eu tenho sentimento por aquelas pessoas. E esses dois casos que V. Exa. citou, são dois casos tristes, realmente, os dois são tristes. O primeiro, dessa criança, a Marielle Batista, todo mundo quis dar a entender, Deputado Carlos Simões, que o Governo do Estado é o único culpado, até o jornal fez a manchete: Outra criança morre à espera de vaga em UTI - na primeira página do jornal. Eu fiquei muito triste quando vi isso, fiquei entristecido quando vi isso, entrei em pânico porque mais uma criança havia morrido.

Mas, para minha surpresa, hoje pela manhã, fazendo rádio como eu faço todos os dias, quando eu estava falando nesse segundo caso que aconteceu no sábado e que envolve a Unimed, aliás abre-se um parêntese aqui, a Unimed tem dinheiro para bancar campanha política, não sei se vou ofender alguém que pegou grana da Unimed aqui, não sei se alguém pegou, eu não peguei. Agora a Unimed do Paraná tem dinheiro para bancar campanha mas não tem dinheiro para botar UTI no seu hospital lá para seus conveniados e as pessoas pagam todo mês! Aí não tem! Esta carga que é mais difícil fica para o Estado, para o município se virar, agora, o filé mignon é da Unimed! Na hora de botar um leito de UTI num hospital para salvar uma vida eles não põem! Não põem não! Aí é responsabilidade do Estado, não é responsabilidade da Unimed, a Unimed não tem como fazer, mas engraçado, a Unimed tem dinheiro para campanha política e não tem dinheiro para bancar um leito de UTI no Paraná que possa assistir estas famílias, seus clientes! Não, o Estado que pague!

Pois bem, hoje pela manhã quando falava no rádio, fazia o meu programa, tem uma hora no meu programa que o horário é livre, eu não faço rádio só para mim, todo mundo pode participar, é democrático, qualquer um entra lá e fala, não precisa se esconder atrás de um microfone, é pública a participação, eis que entrou uma mãe no ar para falar, a hora da tribuna livre, a mãe dessa criancinha, da Marielle que dia 31 morreu e daí a mãe ficou bem à vontade e fez um relato do que aconteceu com aquela criança. Deputado Plauto, V. Exa. não sei se sabe disso mas se V. Exa. souber do relato que essa mãe fez na rádio o senhor vai ficar estarrecido e vai chegar à conclusão, como eu cheguei, que no final, lá no finalzinho, demorou um pouco para conseguir a UTI sim, mas que essa criança foi mal medicada desde o primeiro dia, sabe aonde? No município de Ponta Grossa. O município medicou mal,

deram um remédio e mandaram para casa. No outro dia aquela mãezinha, por volta das 11 horas, voltou ao Postinho de Saúde e lá a criancinha foi medicada de novo, estava com muita febre. Por volta das 13h o médico mandou encaminhar a criança para o Hospital da Criança de novo para ser internada, estava passando mal. Aquela mãezinha ficou das 13h da tarde até perto das 17h da tarde sentadinha no Postinho de Saúde esperando a ambulância do município vir e a ambulância só veio perto das 17h da tarde! A ponto das 16h fechar o postinho, porque fecha, e disseram para a mãezinha: “Olha mãe, sai lá para fora, espera ali que a ambulância vem buscar a senhora”. A mãezinha saiu para fora do postinho e ficou lá fora para esperar chegar a ambulância. Isso demorou quatro horas para essa criança ser levada ao Hospital da Criança onde começou a ser medicada. Teve convulsões, passou a noite toda, e no outro dia, às 9h15min da manhã que o hospital pediu a vaga de UTI, sendo que a criança passou mal a noite toda. Isso aqui é um documento da regional de Saúde, não é da boca para fora! Às 2 horas conseguiram arrumar o leitinho para a criança para ela ser internada, não dava mais tempo, a criança veio a falecer. Essa mãe fez esse relato na rádio hoje!

Dáí eu abro o jornal e vejo: outra criança morre a espera de UTI. Claro que faltou UTI lá no final, mas eu nem sei se aquela criança tivesse UTI naquele momento seria salva, porque ela passou trinta horas nas mãos do município esperando para ser diagnosticado o que ela tinha. Passou trinta horas aguardando, aquela mãezinha sofrendo ali, mas a manchete saiu só contra o Estado! E alguém perguntaria aqui: “Mas o Estado tem culpa?” Tem, porque lá no finalmente faltou o leito de UTI, mas teve culpa principalmente quem coordenou todo esse processo de não fazer o diagnóstico direito que tinha que ser feito, lá no começo, quando aquela mãe entrou no hospital e disseram para ela: “Vai para casa, pega o remédio no postinho amanhã e sua filha vai ficar boa.”

Deram o remédio, mandaram pegar o restante no dia seguinte e a mãe vai fazer o quê? Vai para casa e no outro dia se agravou o estado da criança.

Então, Deputado Plauto, queria que V. Exa, entendesse isso, eu só estou dizendo aqui que nós não podemos brincar com a dor de uma família como alguns estão fazendo. Nós não podemos mexer com o sentimento dessa mãezinha que ligou na rádio e contou a história. A fita está aí no meu gabinete, à disposição da imprensa. É uma pena que a imprensa não divulga isso direito. A imprensa só divulga quando tem interesse em estardalhaço. Agora, o mais interessante é a CPI dos Grampos, porque alguém deve estar “grampeado” aí e é mais interessante que a Saúde a tal da CPI dos Grampos. Ah! Queremos saber quem está “grampeado”. Será que alguém tem o rabo preso aí? Agora, tem a CPI dos Grampos. Queremos saber quem falou, quem não falou, o que falou, quem vai ser preso! Tem coisa mais importante.

Tem que investigar a CPI sim. Tem muita gente para ver aí. Aliás, isso não é de agora. Há muitos anos que se “grampeiam” pessoas nesse Estado. Não é de agora! Tem muito grampo pendurado ainda hoje por aí, é só olhar. Eu vou estar lá nessa Comissão e como um velho radialista de guerra, daqueles que subia no poste, na região Oeste do Paraná para transmitir um jogo de futebol, eu terei de contribuir nessa CPI para ajudar a desvendar de onde vieram os grampos e a quem interessam os grampos e a quem não interessam.

Ainda sobre a saúde, Sr. Presidente. Vou usar o Horário do PTB se o Deputado Carlos Simões não for usar.

Passa a usar o Horário da Liderança do Bloco PTB/PL/PSB

Sr. Presidente esse é o caso dessa criança. O município errou, mas a imprensa arrebitou o Estado, porque o Estado errou também, mas quem pagou foi só o Estado, porque é mais fácil falar só do Estado. Então, quem pagou foi o Estado, mas o município errou também, errou feio, errou muito feio.

Errou muito, mas a imprensa colocou que só o Estado errou. Está aqui o jornal. Sábado, mais uma criança, que era conveniada da Unimed. Quando alguém paga um plano de saúde, Deputado Tadeu Veneri, quem tem plano de saúde, sabe que uns têm mais mordomia, outros têm menos, mas deveria ter o respeito do dono do plano de saúde ou da empresa ou das cooperativas, de respeitar uma vida humana, quando ela está num momento difícil.

Amanhã eu sei que nenhuma nota vai sair nos jornais, porque a Unimed deve ser uma grande patrocinadora de muita gente e aí não dá para botar em lugar nenhum, mas eu gostaria que a imprensa colocasse aqui no jornal, nem que fosse só de Curitiba, colocasse aí: “O Deputado Jocelito falou ontem que a Unimed deu dinheiro na campanha política, mas não deu para fazer leitos de UTI em Ponta Grossa”. E que lá, sábado, uma criança especial precisou de um leito de UTI. Foi conseguido em Londrina o leito de UTI. A família achou que era muito longe. Em determinado momento a família me procurou, me achou e sempre me acham porque eu sou um Deputado que sempre atendo telefone quando as pessoas me ligam e passo o dia inteiro despachando coisas da saúde. A irmã da mãe me ligou e eu disse: “Internem essa criança, levem, internem nem que seja particular. Depois nós vamos correr atrás e vamos fazer o Governo pagar essa internação”. Tem até uma lei que diz isso aqui, a nível de Estado. Mas, quando conseguiram o leito e até chegar a ambulância, a criança acabou falecendo e perdemos mais uma vida e tivemos que ouvir a demagogia de algumas pessoas fazendo aquela politicagem em cima de mais uma família.

Eu tenho brigado pelas UTI's. Hoje pela manhã eu estive na Santa Casa, reunido com a Direção, no

sentido de acertar para que a Santa Casa receba as UTI's e a Santa Casa terá uma reunião amanhã ou depois aqui em Curitiba para entrar e colocar mais leitos em UTI em Ponta Grossa. Nós precisamos colocar, pelo menos, imediatamente, mais vinte leitos em UTI, fora os que estão chegando, fora os de Campo Largo, Deputado Plauto.

A questão dos leitos de Campo Largo não é para substituir Ponta Grossa, é que estrategicamente tem um hospital em Campo Largo que também já está disposto a receber os leitos, dezesseis leitos nos próximos dias, seis pediátricos e dez leitos normais. Isso melhora, porque se você não tem o leito às vezes em Ponta Grossa, como às vezes não tem em Londrina, o Paraná inteiro, um ajuda o outro, porque às vezes sobra leito em um lugar e falta em outro. Então, na emergência às vezes é preciso deslocar. E hoje já tem em Ponta Grossa duas UTI's móveis funcionando e nesta semana irão mais duas para socorrer tudo isso. Mas ainda é pouco, precisamos colocar mais. Mas é importante sempre dizer, que tudo isso vem lá de trás, vem lá de trás a falta de leitos de UTI's colocados em Ponta Grossa.

E vejo, aqui na galeria, o ex-Vereador Leopoldo Cunha que quando Vereador um dia veio a pé de Ponta Grossa à Curitiba para protestar dos leitos de UTI e eu me somei a ele nesta caminhada para protestar contra a falta de leitos de UTI em Ponta Grossa. E essas atitudes eram para o sofrimento que vinha de muitos anos na saúde de Ponta Grossa.

As coisas já melhoraram, vão melhorar mais ainda. Mas é importante que sempre se diga a verdade. O Estado tem os seus defeitos? Tem. Concordo e cobro, aqui. Agora o Governo anterior foi um padrao no que se refere a saúde de Ponta Grossa. O atual Governo está tentando consertar, está fazendo o que pode e eu tenho cobrado para que seja rápida essa colocação dos leitos em Ponta Grossa. E vou ficar lutando, vigilante, cobrando todos os dias, cobrando tudo aquilo que tem que ser cobrado. Mas vou cobrar sempre pensando na melhoria. Não vou cobrar com intenção apenas de fazer mais um discurso. Vou cobrar na intenção de que aquilo que eu posso fazer, aqui, possa resultar em melhoria para as nossas crianças, para os nossos filhos e para os nossos netos de Ponta Grossa.

Por isso, Sr. Presidente, com todo respeito que tenho pela figura do Deputado Plauto, é preciso continuar investindo na saúde. Esse Governo está fazendo a sua parte, precisa fazer mais ainda, precisa aumentar mais, mas a maior prova disso é o Hospital Regional de Ponta Grossa, que já era para começar essa semana a construção. Mas quem conhece obra pública, quem conhece a questão de licitação sabe que ainda existem os recursos. E duas empresas colocaram o último recurso na semana que passou e por isso tem um prazo de mais quinze dias para julgar aqueles recursos, para aí sim o Estado começar a construção daquilo que nenhum Governador teve a decência de fazer em Ponta

Grossa, que nenhum Governador teve a coragem de fazer, que é o hospital regional. E agora sim, logo logo, vamos começar as obras.

Temos que criticar, sou crítico sim e acho que temos que criticar. Mas também temos que fazer críticas que sejam corretas. Temos que também ver as coisas boas que estão acontecendo. Não só achar que tudo é errado, tudo é contra, tudo não vai dar certo. Essa política é aquela que nunca fizeram nada pela cidade, daqueles que nunca construíram nada, daqueles que só viveram da boca para fora. E hoje não cabe mais isso, hoje cabe a política moderna, a política de trabalhar, de cobrar, de exigir e principalmente de se trazer retorno para a cidade e é o que estamos fazendo.

Por isso, queria fazer esses esclarecimentos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque entendo que mais uma vez nesse caso envolvendo as UTI's de Ponta Grossa tem um erro do Estado sim, temos que admitir, mas também tem que admitir que o município também não está cumprindo com a sua parte. O município, o Prefeito atual durante a sua campanha eleitoral foi o que mais falou sobre a saúde. Saúde era de manhã, de tarde e de noite. E nós não estamos vendo. Posso ter alguns defeitos como político e quero sempre ser julgado, não por omissão, até por excesso de zelo.

Por exemplo, o nosso Judiciário do Paraná, me deu uma sentença porque mandei cem mil reais, para a Santa Casa, quando explodiu o setor de esterilização, que é um hospital filantrópico de Ponta Grossa. Tenho recebido aquela sentença, como uma sentença não que possa um dia cassar o meu mandato. Se cassar que Deus assim queira. Mas, eu nunca quero ser chamado de bandido, que deixei morrer uma criança em Ponta Grossa, porque não mandei dinheiro para a saúde.

Deveria prender e tirar da vida pública, aqueles que não mandaram o dinheiro para saldar as vidas, mas, não aqueles que mandaram recursos, que não desviaram recursos, que levaram recursos na hora que aquela instituição estava precisando.

Quando Prefeito, quando eu era executivo, coloquei os leitos de UTI, como nunca um Prefeito colocou mais depois de mim, na Prefeitura de Ponta Grossa, e, que era comandado e pago com os cofres municipais da Prefeitura de Ponta Grossa.

Fica esse alerta aqui, porque eu acho importante a gente cobrar, mas é importante também, a gente fazer diferente. Daquela história de que só falar, porque só falar não vai a lugar nenhum.

Com o aparte do Deputado Valdir Rossoni. Sempre gosto de ouvi-lo por que V. Exas, sempre tem algumas pérolas guardadas no seu paletó.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Agradeço pelas palavras gentis de V. Exa. Mas a grande verdade, eu só queria apenas fazer uma pergunta a V. Exa.

V. Exa. justifica uma crítica feita pelo Deputado Plauto, que na questão da saúde não está funcionando. Pelo menos foi o que eu ouvi do pronunciamento do Deputado Plauto Miró, e V. Exa. vem justificando do governo anterior. Será que em quatro anos, não daria para ter, pelo menos, melhorado o que o governo anterior não fez? Essa é a pergunta, porque parece que esta questão não vai passar na mente das pessoas. O governo anterior é o governo que V. Exa. defende, é o Governo Requião, que faz quatro anos que está governando. Com quatro anos, certamente, o que a população do Paraná esperava é que esse governo tivesse competência para resolver o que o governo anterior não conseguiu resolver.

Obrigado pelo aparte e pela pérola que eu não encontrei nas minhas palavras.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Deputado Rossoni, acho que o serviço médico da Assembléia, agora está funcionando. Parece-me que depois daquela reportagem da Rede Globo, todos estão trabalhando. V. Exa. devia fazer uma visita, porque tudo que V. Exa. perguntou, eu já falei no meu discurso.

Eu disse que a saúde não está 100%, mas que ela melhorou. Está melhorando sim. Tanto é que no governo anterior tinha apenas dezesseis leitos de UTI. Hoje têm 36. O Hospital Regional, as obras estão na fase de começar agora, tão logo termine a licitação. O Hospital Regional, as obras estão na fase de começar agora, tão logo termine a licitação. O Hospital da Criança, que V. Exa. não conhece, em Ponta Grossa, tem quase ponto final da construção de mais de doze leitos de UTI. O Hospital Municipal que é no município do seu Partido, está sendo feita uma reforma que vai ter mais dez leitos de UTI.

Acho que V. Exa. não ouviu o que esse Deputado disse, até porque V. Exa. não estava prestando atenção no meu pronunciamento.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, quero levantar uma Questão de Ordem. V. Exa. abriu uma exceção.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não, não abri uma exceção. Ele tinha um minuto, concluiu em um minuto. V. Exa. poderá usar o horário do PSDB, que está aqui para ser usado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então eu uso apenas um minuto. V. Exa. não precisa ficar nervoso, eu quero apenas levantar uma Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

É que eu não abri precedente.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

V. Exa. pode ficar tranqüilo, não se agite, eu estou aqui para concordar e respeitar a sua autoridade.

Eu só quero dizer aqui ao Deputado Jocelito, que diz que eu não conheço Ponta Grossa. Eu acredito que V. Exa. não conhece bem a minha história. Eu estudei em Ponta Grossa.

Agora, o nosso ponto de vista, quanto à questão de saúde, eu quero marcar uma data aqui Deputado Plauto, porque outro dia eu vi aqui o pronunciamento. Talvez eu não tenha ouvido hoje, estava realmente cansativo o pronunciamento, mas ouvi o pronunciamento anterior e, ouvi dizer e está nas notas taquigráficas desta Casa, de que estava sendo dada ordem de serviço do Hospital de Ponta Grossa.

Deputado Plauto, eu gostaria de ser acompanhado por V. Exa., que é nosso companheiro político, para que nós fizéssemos uma visita a partir do ano que vem, em todos os 24 hospitais. Porque nós teremos que fazer, aqui, sim, uma fiscalização na proposição do governo do orçamento do Estado, porque no orçamento do Estado, Deputado Scarpellini, V. Exa. que é um Deputado atuante, não estão contemplados os 24 hospitais cantados em verso e prosa durante a campanha eleitoral.

Mas, eu não quero falar em campanha eleitoral, porque até parece que é “dor de cotovelo” de quem perdeu a eleição. Agora, nós temos a obrigação de cobrar as ações do governo, os compromissos do governo. E eu quero marcar uma data para voltar à grande Ponta Grossa, onde V. Exa. foi Prefeito, para eu ver quando é que o hospital de Ponta Grossa será terminado. Porque aí quero fazer uma homenagem daquela tribuna, ao Governador e aos Deputados que defenderam a construção do hospital de Ponta Grossa.

Só espero, Sr. Presidente, que não aconteça com o hospital de Ponta Grossa o que aconteceu com muitos dos 24 hospitais, inclusive alguns dizem que vão terminar até o final do ano. Eu espero que isto aconteça, porque na verdade, a saúde da população de Ponta Grossa e a saúde da população paranaense estão pedindo socorro. E é por esta população que temos que fazer a defesa dos investimentos em saúde neste Estado. Não é porque temos posições antagônicas que devemos nos degladiar.

Agora, Deputado Jocelito, com todo o respeito que V. Exa. merece, mas V. Exa. permita aos Deputados de Oposição discordar de V. Exa. O governo que ora está terminando seu primeiro mandato não cumpriu os compromissos nestes quatro anos, não corrigiu os erros que o governo anterior cometeu na área de saúde, especificamente. E é por esta razão que não

podemos mais viver do saudosismo e esquecer que já governaram quatro anos e não resolveram o problema da saúde deste Estado.

Permito aparte ao Deputado Scarpellini e logo após ao Deputado Jocelito.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Muito obrigado pelo aparte, não trago ouro nem pérola. Fui atencioso com o pronunciamento do Deputado Jocelito Canto. No entanto, solicitei por três vezes um aparte e não tive o aparte negado, mas também não tive o aparte concedido. Concedeu um aparte ao Deputado Rossoni.

Quero nesta oportunidade, Deputado Rossoni, no aparte que V. Exa. me concede, em primeiro lugar agradecer a educação do nobre Deputado em ter-me concedido este aparte. E quero dizer, aqui, que ouvi um pronunciamento do Deputado Jocelito em que ele falava desta mãezinha, com aquele filhinho, que ficou quatro horas lá no postinho de saúde, aguardando para ir para a UTI.

Naquele pronunciamento não sei se ele foi injusto ou não. Mas, ele responsabilizou o Secretário de Saúde do Estado do Paraná, porque o Secretário havia se comprometido em instalar os leitos para crianças lá em Ponta Grossa e não fez. Disse ele, aqui, daquela tribuna, que o Secretário era irresponsável, era um homem insensível. Isso foi dias após a eleição.

No entanto, hoje, ele está dizendo que o Estado está fazendo sua parte. O Estado se faz representar na área da saúde pelo Sr. Secretário da Saúde. Ele está dizendo que o Estado é responsável e que o Município também é responsável, que uma nova criança morreu, conforme disse aqui o Deputado Plauto, e que a imprensa está responsabilizando o Estado e que quem paga por tudo isso é o Estado. Não é verdade, quem paga por isso tudo são os que morrem, e principalmente os inocentes que morrem muitas vezes prostrados no colo da sua mãe por três, quatro horas, e uma mãe que muitas vezes se torna até negligente na ação de buscar o socorro, até pelo sofrimento e pela falta de cultura muitas vezes ela termina sendo a responsável, que pelo seu silêncio, pela sua negligência paga pela morte do seu filho.

Então, não tem só um culpado, se é o Secretário, se é o Prefeito, aqueles que vão morrer, quer sob o domínio de César ou de quem quer que seja, vão morrer. Esses serão os que vão pagar com a vida, e os culpados muitas vezes são aqueles que se omitem em responsabilizar.

Nós vimos aqui o Promotor Público de Ponta Grossa que veio para trazer uma denúncia sobre a saúde pública de lá, e nós vimos que o Promotor, ele foi questionando, inclusive até eu mesmo o questionei naquele dia, uma vez que o assunto estava sendo desviado de saúde só para uma questão, que no meu entendimento estava dando uma vasa política, e nós muitas vezes nos perde-

mos em algumas discussões em tentar jogar a culpa em cima de um Deputado, de um Prefeito, de um Secretário, quando na verdade a culpa é de toda a sociedade. A Unimed não pode ser culpada pela morte dessa segunda criança, Deputado Rossoni, porque a Unimed tem um convênio com o hospital. Se existe a falha na cessão do leito é do hospital, não é da Unimed, e se o hospital é da Unimed tem que se responsabilizar a Unimed e o hospital que tem uma gerência lá responsável por aquele atendimento.

Então, Deputado Jocelito, em que pese eu ter uma admiração por V. Exa., de entender que a sua participação ativa está trazendo à discussão um assunto muito interessante. A questão é de justiça. V. Exa. outro dia disse que a culpa era do Secretário de Saúde do Estado, e agora? V. Exa. se retrata com relação a essa culpa?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu agradeço o aparte Deputado Scarpellini. E veja como o debate é rico. Eu, para respeitar o Presidente, eu não poderei ceder o aparte ao Deputado Jocelito. Eu lamento Deputado Jocelito porque eu quero respeitar religiosamente o tempo, até pelo respeito que eu tenho ao Deputado Augustinho Zucchi no exercício da Presidência, mas nós teremos a oportunidade, certamente o Deputado Plauto vai encaminhar, porque me pediu e eu cedi o horário da Liderança da Oposição, e esse debate nós teremos ainda o ano que vem para ver essa questão da saúde. Agora, vamos esquecer o Governo anterior, porque ele não fez e perdeu a eleição, este Governo está governando há quatro anos, está na hora de mostrar por que veio, e ganhou novamente a eleição. Mas eu gostaria de pedir ao Deputado Plauto, depois do seu pronunciamento que nós marcássemos uma hora para tomarmos um café, me dar a receita como é que se ganha a eleição com tanta diferença como V. Exa. ganhou em Ponta Grossa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Liderança do Governo. Com a palavra Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Governo: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Só para não deixar sem resposta o Deputado Scarpellini e o Deputado Rossoni. O Deputado Plauto não venceu as eleições em Ponta Grossa, o mais votado nessa eleição foi o Deputado que vos fala aqui, Deputado Jocelito, depois Deputado Marcelo, e na sequência o Deputado Péricles. Governador é outra situação, Deputado Rossoni, o seu Prefeito lá da sua cidade, do PSDB, também apoiou o Governador. Então, V. Exa. perdeu junto também. Acho que está satisfeito com o Governador, só

posso pensar isso, quando um Prefeito do PSDB apóia um Governador que é do outro lado é sinal que está satisfeito com o Governador. Só posso pensar isso.

Deputado Scarpellini, V. Exa. tem razão e eu disse isso aqui na tribuna. Fico satisfeito porque o Deputado Rossoni admitiu que não tinha prestado atenção no que eu havia falado, mas teve a coragem de fazer um pronunciamento em cima daquilo que não tinha ouvido, depois ainda admitiu que não tinha ouvido o que eu falei. Por isso, eu presto atenção quando alguns companheiros fazem os pronunciamentos, ainda mais quando quero interferir, e V. Exa. colocou bem.

É importante que façamos as críticas. Tenho feito críticas quando entendo que tem algo que não está bem, mas tenho ido à Secretaria e tenho discutido com o Secretário. Tenho cobrado aqui, porque esta é a Casa onde devemos cobrar e não só falar. Se falar resolvesse, não precisávamos nem ficar aqui no Parlamento e contratávamos os melhores oradores deste país para nos substituir. Temos que ir lá, lutar, trabalhar, cobrar.

Tenho cobrado aqui, realmente tenho feito essas cobranças ao Governo do Estado porque não é bom governante aquele que faz parte da bancada, não é aquele que só cobra, não é aquele que só critica, não é aquele que só diz “amém”, tem hora que você tem que cobrar. Eu tenho horas que tenho grandes embates com o próprio Governador, tenho embates pesados com o Governador, tenho cobrado dele e do próprio Secretário, tenho cobrado compromissos que ele assumiu e que, na sequência, não cumpriu.

Quanto às questões de saúde, em nível de Estado, alguns avanços aconteceram sim. Alguns avanços aconteceram e não adianta querermos “tapar o sol com a peneira”. Queria que V. Exa. me desse o prazer de um dia desses ir à Ponta Grossa. Não aquela Ponta Grossa de vinte anos atrás, Deputado Rossoni, aquela cidade pequena. Hoje, Ponta Grossa é uma cidade com quase quatrocentos mil habitantes, é uma das maiores cidades do Paraná, é uma cidade que cresceu e a população aumentou.

Só para dar um dado da Ponta Grossa que V. Exa. conhecia da de hoje: vinte anos atrás, quando V. Exa. estudou lá, Ponta Grossa tinha os mesmos hospitais: Bom Jesus, Santa Casa, Vicentino e nada mais. Passado todo esse tempo que V. Exa. acaba de falar aqui, Ponta Grossa dobrou o número de habitantes e continua com o Vicentino, com a Santa Casa. Agora, recebeu o Hospital da Criança, mas fechou o Hospital Getúlio Vargas. Quer dizer, não se construiu nada de novo, nenhum hospital novo se construiu.

Hoje, por exemplo, em meu programa de rádio foi feito o anúncio de que três pessoas morreram e nasceram dezessete crianças em Ponta Grossa. Então, veja a diferença: morreram três, nasceram dezessete. A população vem crescendo e nunca nenhum Governo se preocupou em reformar o Pronto Socorro. Queria que V. Exa. tivesse um dia para nós irmos lá para ver a reforma que o seu

Prefeito do PSDB está recebendo. Está lá recebendo uma reforma que nós nunca recebemos no Hospital Municipal, são dois milhões e pouco.

Falei aqui de ambulância. Eu diria que é pouquinho falar de ambulância, também não gosto de ficar falando do passado, mas neste Governo, mal ou bem, ruim ou não, vieram três ambulâncias, estão lá no Pronto Socorro. O Hemater, que é o Hospital do Sangue, que costume chamar, está atrás do Pronto Socorro. Nunca teve e agora está construído, estão retirando sangue em um lugar adequado, bacana.

O Hospital Franco da Rocha era o hospital das pessoas com deficiência, pessoas especiais, portadores, e estava fechado. O Prefeito Wosgrau pediu, o Governador ajudou, reconstruíram o hospital e, hoje, está funcionando e tem mais sessenta leitos. A Santa Casa nunca recebeu, pode até atrasar um pouquinho, mas às vezes, é melhor receber um dinheiro do que não receber. Às vezes, o Estado atrasa um pagamento, mas é melhor ter uma receita do que não ter. Hoje, a Santa Casa recebe cem mil por mês que nunca recebeu.

As UTIs tão famosas, tinha dezesseis, hoje tem trinta e seis, nove foram colocadas em Castro. Telêmaco Borba cedeu recurso para não fechar UTI que também é dos Campos Gerais. Temos quatro leitos neonatal na Santa Casa. É pouco? Claro que é pouco, mas já avançou. E o Hospital da Criança? Esse hospital de toda essa polêmica. Esse hospital foi construído de forma pequena, não se pensou em Ponta Grossa grande. E hoje o Estado colocou dois milhões e meio só para fazer a reforma e ampliação. Lá vai ter doze leitos de UTI, faltam sessenta dias para terminar. O Prefeito pediu. O Estado está terminando e com mais um detalhe, aquele hospital vai receber quinhentos mil por mês, o convênio está assinado. Estado e Prefeitura como nunca recebeu. Para fazer o que? Pagar manutenção do hospital. Isso nunca a cidade recebeu.

Então, claro que precisa melhorar, mas também temos que ver que algumas coisas já estão melhorando.

E para finalizar: Hospital Regional.

Eu sou Deputado do voto distrital. Faço votos dos Campos Gerais. Cuido da minha base eleitoral, de Ponta Grossa, dos Campos Gerias. Lá fiz 65 mil votos, Ponta Grossa fiz 37, mais 28 na região. Tenho cuidado daquela região. Lá naquele hospital não tenho dúvidas que daqui a pouco, Deputado Rossoni, quero ter o prazer até porque V. Exa. teve voto em Carambeí. Não vi o senhor lá. Mas o senhor teve voto lá. V. Exa. representa Carambeí. Carambeí vai usar esse hospital. V. Exa. teve voto em Imbituva. Imbituva vai usar o Hospital Regional também. Não tenho dúvidas que quando esse hospital estiver pronto, quero ser o portador do convite: Deputado Rossoni, vamos inaugurar o nosso hospital que é dos seus eleitores da região e que é dos nossos eleitores da região. Porque acredito. Quem conhece a questão de licitação sabe, o dinheiro está bloqueado, a licitação está praticamente pronta. Só tem um recurso que entrou que vai ser julgado

em quinze dias. Os outros não sei, mas o Hospital de Ponta Grossa vai começar.

A minha mãe dizia uma coisa, era uma pobre servidora pública lá do Rio Grande do Sul. Ela dizia assim: “É preferível um passarinho na mão do que dez voando”. Se o governo anterior não fez, esse está nos entregando.

E, com todo o respeito, passado é passado. O atual momento, presente e futuro haverá de nos mostrar que o caminho da saúde está melhorando. Não está perfeito, mas está melhorando. Acho que este governo tem contribuído. Tem seus defeitos, o Secretário de vez em quando comete alguns erros, mas algumas coisas estão melhorando. E temos que sempre pensar que cada vez que tiver a presença do governo as coisas vão aos poucos melhorando. Isso está acontecendo em Ponta Grossa. Por isso, queria agradecer o seu aparte, não deu tempo, me desculpe o Deputado Scarpellini também, não foi maldade, eu jamais deixaria de ouvir V. Exa. que para mim V. Exa. é um Deputado que tem garra, raça, enfrenta tudo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário da Liderança da Oposição, Deputado Plauto.

Liderança da Oposição: Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Rapidamente vou esclarecer um pouquinho mais dessa discussão. Primeiro, quero dizer aqui que o Governo do PMDB, do Governador Roberto Requião está iniciando praticamente o seu novo governo.

O ex-governo do Paraná é o ex-governo do Requião. É o governo que está findando os seus quatro anos. Então, quando falo o ex-governo já vejo o governo de vocês Deputados da base aliada do Governador Roberto Requião. O outro Governador que governou até o ano de 2002, quatro anos atrás, na cidade de Ponta Grossa, foi crucificado, como se ele não tivesse feito absolutamente nada pelo município na área da saúde. Mas vou lembrar que ele autorizou o curso de Medicina, que a cidade aguardava há mais de trinta anos, para que este pudesse ser instrumento de desenvolvimento e melhoria na saúde do município de Ponta Grossa. Porque esse curso que o ex, antes desse Governador, era para formar o médico da família. O médico da família, no período em que ele está em sala de aula, Deputado Nelson Justus, obrigatoriamente, faz parte do seu currículo frequentar os postos de saúde dos bairros da cidade ou o hospital municipal, para poder fazer o estágio. Isso iria àqueles que hoje reclamam, como reclamaram há quatro anos atrás e há

oito anos atrás. Eles teriam condições de ter mais profissionais da saúde cuidando dos pontagrossenses e até mesmo dos moradores dos Campos Gerais.

Hoje, é claro, tem falta de médicos na cidade de Ponta Grossa. Esse é um problema sério que vive a nossa cidade de Ponta Grossa e quero dizer que o Requião, no seu primeiro ato a favor de Ponta Grossa foi fechar o curso de Medicina. Um prejuízo incalculável e ele tem que dar muita coisa, mas muita coisa em troca do prejuízo que ele deu para o nosso município.

Espero que no mínimo, ele cumpra as promessas que ele fez no decorrer desses últimos anos. Vi o Deputado Jocelito esbravejando no outro lado, dizendo que a cidade, hoje, tem quatrocentos mil habitantes. Interessante! Eu falava com o ex-Vereador Leopoldo, Presidente do PPS de Ponta Grossa, que há seis, oito anos atrás, não tinha essa folia de mortandade de gente, por falta de leito de UTI. É só abrir os jornais da época e você vai ver que não era essa mortandade, à espera do internamento em um leito de UTI. Vai ver que a cidade cresceu tanto assim, quanto o Jocelito falou e acho que atrás disso tem um empobrecimento da própria população brasileira, em conjunto com a população paranaense, que cada vez mais tem necessidade de procurar a saúde pública, paga pelos governos, pelo dinheiro público, Acho que esse é um dos motivos que aumentou a quantidade de pessoas, que procuram o serviço de saúde pública.

A discussão que eu fiz através de uma matéria de um jornal de Ponta Grossa, é de que anunciou-se - quem anunciou foi o Jocelito em conjunto com o Prefeito Pedro - que os dezessete leitos de UTI estavam liberados e sendo implantados nos hospitais da cidade, alguns na Santa Casa, no Vicentino e no Bom Jesus. Infelizmente, o anúncio que eles fizeram e acredito que eu, respaldado pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná, acabou-se dando um tiro na água, porque o Estado esqueceu de conversar com os hospitais e comprometer-se de ajudar a financiar o custeio dessas UTIs, que é o mais pesado. É o custeio, é o dia-a-dia do atendimento em um leito de UTI. Os equipamentos são caros? São. Só que é um investimento. O dia-a-dia do pagamento dos leitos é que é caro. Os hospitais da cidade deixaram claro: não aceitamos. Porque os hospitais disseram: sem o Estado, o SUS - Sistema Único de Saúde, assumir o compromisso de liberar recursos para custear esses leitos, não vamos abrir as portas, porque o hospital não tem condições de bancar com o seu dinheiro a implantação desses leitos e o custeio de UTI, no município de Ponta Grossa.

Acho que falta o Estado ir lá, meter a mão no bolso, ou melhor, meter a mão no cofre público do dinheiro arrecadado por nós, paranaenses, e investir na saúde. Porque todo esse “blá-blá-blá”, que nós fizemos hoje não teria. São Paulo não têm essa folia, porque lá

os governos cumprem a determinação constitucional de investir os 12% em saúde pública e aqui no Paraná não cumprem. Lá não tem folia por falta de leito. No Estado de São Paulo a saúde funciona relativamente bem e atende bem as pessoas que procuram para ser atendidas pela saúde pública. No Paraná falta investimento. Agora, não adianta querer governar olhando pelo retrovisor e qualquer coisinha dizer: o culpado é o Governo anterior.

Agora, o Governo anterior, Deputados, é o Governo Roberto Requião, porque acabou o primeiro mandato. Se ele tivesse perdido a eleição e faltou pouquinho, porque lá em Ponta Grossa tomou uma coça, e foi histórica a coça que ele tomou lá. O pontagrossense deu a resposta ao Requião e disse: você nos ofendeu, você sacou o curso de medicina, você meteu a mão no curso de medicina que Ponta Grossa conquistou depois de trinta anos. E foi lá na urna e, deu 62% a 37%. E mais, no primeiro e no segundo turno das eleições. Pena que faltou cinco mil votos! O Governador do Paraná foi eleito com a metade dos votos e o que perdeu, Osmar Dias, ficou com a outra metade dos votos.

Mas, venceu as eleições e a eleição é assim que funciona, porque o resultado das urnas tem que ser respeitado e estamos respeitando. Então, naturalmente queria deixar claro exatamente esse blá, blá, blá que aconteceu. E esses leitos de UTI que foram “divulgados” para serem instalados nos hospitais de Ponta Grossa e que o Estado só anunciou, mas não liberou os recursos para serem custeados, parece-me que - pelo o que está no jornal - não vão ficar lá nem para Campo Largo e daí o Estado vai dar três ambulâncias para puxar os pontagrossenses para serem internados nos leitos de UTI de Campo Largo.

É uma vergonha! Blá, blá, blá, conversa fiada! Não dá! Isso realmente eu, como pontagrossense, não aceito. Não aceito porque é conversa fiada. Passou quatro anos do primeiro mandato do Governador Requião e o que tem de concreto de saúde em Ponta Grossa? O hospital regional que ninguém viu? O hospital regional que está em processo licitatório e Deus queria que esse hospital regional venha a ser realidade para ajudar a sanar os problemas de saúde do município de Ponta Grossa. É importante?

É, mas tem que acontecer. Os leitos de UTI que estavam em Ponta Grossa, tiraram dez que estavam lá no tal do Hospital Cidade e mandaram para outro município. Quer dizer, não tem nada claro, nada sério, nada concreto, é um toma lá e dá cá, é uma confusão. Ora, se essa criança infelizmente morreu aguardando o leito de UTI ou lá no começo ela foi mal medicada, a verdade é que a saúde está mal, indiscutivelmente está mal, porque não é justo crianças estarem perdendo as suas vidas por causa da saúde pública na cidade de Ponta Grossa, sendo por falta de leitos de UTI, que é obrigação do Governo do Estado do Paraná, ou por mal

atendimento no posto de saúde ou no hospital municipal. Agora, tudo isso é a saúde de Ponta Grossa e cada um tem que fazer a sua parte e espero que o Governo do Estado do Paraná cumpra com aquilo que fala e torne realizada essa promessarada sem fim que foi feita lá na primeira eleição no ano de 2002 e agora de novo, no ano de 2006, promessa de novo e espero que tudo isso possa acontecer.

E aqui, Deputado Jocelito, quero lhe falar do senhor que hoje é um Deputado de Governo e “descascou o porrete” no Governador anterior e no Prefeito anterior, jogando palavras aos ventos, só que V. Exa. não falava aqui muitas vezes, porque o senhor tinha saído da Prefeitura ou estava lá na Prefeitura, mas o senhor falava no microfone da sua rádio, onde o senhor anunciava aos quatro cantos as críticas ao Governo anterior, ao seu Governo, aquele lá atrás, que saiu em 2002, e também críticas ao Prefeito da cidade de Ponta Grossa, que o senhor era Oposição. O senhor é campeão para fazer críticas! Indiscutível! O senhor é profissional para criticar e estou no meu direito de Oposição, cobrando de um Governo que prometeu, cobrando de todos aqueles que representam o Governo, para que as coisas possam melhorar. O que eu quero é uma solução e não discurso, porque de blá, blá, blá o Paraná está cheio.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, Pela Ordem.

(Assentimento)

Apenas para registrar a presença do Prefeito de Céu Azul, Rogério Pasquetti, bem como o Vereador Douglas Rodrigues, da cidade de Guaíra, ambos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Devidamente registrado e muito obrigado pela presença!

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, comunicado, subscrito pela Mesa Executiva constante do expediente, informando aos Srs. Deputados que o Sr. Deputado Caíto Quintana, encontra-se em licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico que acabamos de receber. A licença teve início no dia 15 do corrente mês e não há previsão para alta até o presente momento. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria da Deputada Elza Correia, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2519, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando que seja justificada sua ausência na Sessão Plenária dos dias 20, 21 e 22 de novembro, por motivo de tratamento médico. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2514, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Queremos registrar a presença do Deputado eleito Marcelo Rangel - PPS de Ponta Grossa.

Muito obrigado pela presença.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/06, de autoria do Deputado Francisco Bühner, autorizando o Poder Executivo a instituir o Teste Vocacional na Rede Oficial de Ensino do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM EMENDA DE

PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 229/06

P A R E C E R :

O eminente autor da Emenda Modificativa de Plenário, também é autor do Projeto de Lei nº 229/06. Pretende alterar a redação do artigo 1º e seus incisos para dar-lhe novo significado. Isto é, retira-se o termo “Teste Vocacional” e insere-se “Orientação Vocacional”.

De todo modo, o Projeto de Lei nº 229/06 representa para a sociedade e sobretudo para as famílias que matriculam filhos na rede escolar pública, uma grande oportunidade no sentido de orientar seus filhos para o mundo do trabalho e da formação profissional através de procedimentos científicos como aqueles da orientação vocacional.

Do Voto

Do exposto, pela extensão no atendimento à população e sua relação com as oportunidades de vida através da formação profissional e vocacional, e na forma como se apresenta o Projeto de Lei nº 229/06 e a Emenda Modificativa de Plenário, somos de parecer favorável, à sua tramitação pela regência constitucional e legal.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

Apoioamento:

Reni Pereira, Barbosa Neto, Nelson Justus, Elton Carlos Welter, Marcos Isfer e Hermes Fonseca.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 017/06, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de outubro de 2006. Resolução nº 003/04. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado. (Publ. no DA nº 124/06, de 13.11.06, em 1ª Discussão)**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/06, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, autorizando o Poder Executivo Estadual a instalar uma unidade da Delegacia da Mulher no município de Sarandi. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDMCA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO

EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 355/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que proíbe a venda de álcool líquido 96º GL no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAIC E SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 460/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que institui o Programa Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDMCA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 568/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a redação do artigo 13, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003 (IPVA). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/06, de autoria do Deputado Edson Strapasson, ficando denominado o Terminal Alto Maracanã no município de Colombo, Terminal de Transporte Coletivo Luiz Francheski. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre a política estadual de incentivo à cultura e bambu e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 415/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina Contorno Milton dos Santos, o contorno localizado na cidade de Andirá. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 141/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, que institui o Dia Estadual do Clube Atlético Paranaense, a ser comemorado anualmente na data de 26 de março. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 020/06, de 28.03.06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 141/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei objetiva instituir, no âmbito de nosso Estado, no dia 26 de março, como o dia do Clube Atlético Paranaense.

Fundamentação

Assim dispõe o artigo 25, parágrafo 1º, da Constituição Federal:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios dessa Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas.

Com relação à técnica legislativa, o projeto atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, em sede de parecer, opina-se pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/06, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que acrescenta, na Lei nº 14.528 de 10.11.04, instituidora do Dia do Doador de Sangue, o artigo 4º, com alteração do artigo 3º cujo texto atual passa a fazer parte do novo artigo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/06, de 22.05.06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 276/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela tem como escopo a alteração da Lei nº 14.528/04, com fins de conceder passe livre de ônibus para os doadores de sangue no Dia do Doador de Sangue.

Constitucionalidade e legalidade

É o que dispõe a Constituição Federal acerca da matéria:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

(grifo nosso).

Além disso, é o que dispõe a Constituição do Estado do Paraná quanto à iniciativa legislativa:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Na própria Constituição Estadual, bem como na legislação infraconstitucional estadual ou federal, não se encontra nenhum tipo de impeditivo quanto à propositura de tal lei, que tem como objetivo o incentivo à doação de sangue.

Quanto à técnica legislativa, no que toca a alteração da referida lei estadual, foram observadas todas as disposições da Lei Complementar 95/98.

Do voto

Favorável, nos termos do Parecer.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 276/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 276/06, de autoria do Deputado Artagão Júnior, tem por objetivo alterar a Lei nº 14.528/04, instituidora do Dia do Doador de Sangue.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois pretende, com o benefício do “passe livre” nos ônibus urbanos no Dia do Doador de Sangue, uma forma de incentivar e aumentar o número de doadores no Estado do Paraná.

Sendo assim esta Comissão, emite seu parecer favorável à Proposição nº 276/06.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 488/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a proceder a reversão ao patrimônio do município de Jesuítas do imóvel situado na área urbana do referido município. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 109/06, de 09.10.06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 488/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, visa autorizar a doação de um terreno pertencente ao Estado, para o município de Jesuítas, com o propósito de instalar o Parque Industrial do município de Jesuítas.

Legitimidade e mérito

Há a previsão constitucional para a alienação de bens do Estado, porém, desde que observados critérios rigorosos previstos em lei, senão vejamos:

Desse modo a Constituição Estadual veio estabelecer:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando a adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

Fica clarividente que o presente projeto veio atender à norma legal, encontrando-se em sintonia com ela.

Conclusão

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/00, bem como a iniciativa da Propositura, além da técnica legislativa Lei Complementar nº 95/98.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que opinamos pela aprovação e regular tramitação.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 488/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 488/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, que tem por objetivo autorizar a cessão de uso do imóvel, situado no município de Jesuítas.

A proposição já recebeu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, tendo em vista, que o imóvel será cedido ao Município de Jesuítas, que irá implantar o Parque Industrial do município.

Sendo assim esta Comissão, emite seu parecer favorável à Proposição nº 488/06.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.11.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 507/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 064/06, que autoriza o Poder Executivo a proceder a reversão ao patrimônio do município de Arapongas, de imóveis situados no mesmo município, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. e COPTC. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 118/06, de 30/10/06, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 507/06

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafoado, foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 64/06, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta “autorizar o Poder Executivo a proceder a reversão, ao patrimônio do município de Arapongas, dos seguintes imóveis: data de terras nº 4, quadra 87, com área de 618,40 m2, Transcrição das Transmissões nº 2470, Livro 003-B do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Arapongas e data de terras nº 5, quadra 85, com área de 618,40 m2, Transcrição das Transmissões nº 2471, Livro 003-B, do mesmo Ofício de Registro e Imóveis, doadas ao Estado do Paraná, conforme Lei Municipal nº 658, de 11 de maio de 1966.” (sic)

Na justificativa o autor diz que o plano de lei em referência consulta aos superiores interesses de Administração e Sociedade, eis que as datas de terras cuja

reversão é pretendida, foram haridas pelo Estado por doação feita pela referida municipalidade, conforme Lei Municipal nº 658, de 11 de maio de 1966 e que, por não terem sido utilizadas para uso de órgãos estaduais, foram considerados possíveis de retorno patrimonial ao município de Arapongas que poderá destiná-las a obras públicas da esfera administrativa do referido Município.

É o relatório.

Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 507/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 507/06, de autoria do Poder Executivo, que tem por objetivo autorizar a reversão de uso de imóveis situados no município de Arapongas.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, tendo em vista, que os imóveis serão utilizados pelo Município de Arapongas, que irá implantar obras públicas da esfera administrativa do município.

Sendo assim esta Comissão, emite seu parecer favorável à Proposição nº 507/06.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 509/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a proceder a doação de imóvel urbano à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Guairacá. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 118/06, de 30/10/06, em Projeto de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 509/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a proceder a doação do imóvel urbano, situado no município de Guairacá, para a APAE, sendo destinado exclusivamente para a construção de uma Unidade Escolar.

Fundamentação

É legítima a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa de tal matéria, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual Paranaense:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Tendo em vista que a doação tem como donatário uma entidade sem fins lucrativos, resta clara a constitucionalidade do projeto de lei em tela.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 95/98.

Desta forma e frente ao exposto, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 509/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 509/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que tem por objetivo autorizar a cessão de uso de imóvel, situado no município de Guairacá.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis ao projeto de lei em

tela, tendo em vista, que o imóvel será cedido a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guairacá, que muito tem feito pela comunidade do município e da região.

Sendo assim esta Comissão, emite seu parecer favorável à Proposição nº 509/06.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, eu tomei conhecimento, neste momento, da pauta da extraordinária e tem dois vetos. E esses dois vetos são aquela questão daquele Projeto do Panela Cheia, que o Governo encaminhou a esta Casa e que o Governo tinha determinado um valor para a isenção dos pequenos agricultores. E aí aqui teve um amplo debate nesta Casa e nós fomos propositores de uma Emenda. E em negociação com o Líder do Governo nós encontramos um ponto em comum, nem o que o Governo tinha proposto e nem o que minha emenda tinha proposto, tinha sido um valor intermediário. E tomo conhecimento neste momento que aquele acordo de Governo e Oposição foi vetado pelo Sr. Governador.

Como nós precisamos de tempo para discutirmos esta questão com os Deputados, porque foi fruto de um acordo e acordo é para ser honrado, eu gostaria que V. Exa. retirasse da Extraordinária esses dois projetos. Porque são dois projetos fundamentais e importantes para os pequenos agricultores do Paraná. E foi fruto de um acordo, aqui, nesta Casa e o Governador talvez não tenha sido avisado do acordo e essa emenda foi vetada. Então Sr. Presidente, preciso de tempo primeiro para estudar o veto, segundo nós fizemos, aqui, um acordo e vamos precisar de tempo para encaminhar esse projeto.

Por isso rogo a V. Exa. que se possível retire da pauta esses dois projetos para que possamos na próxima Sessão discutir esse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Essa Presidência acata a Questão de Ordem de V. Exa. e retira os projetos.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2480 a 2482, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2483 e 2484, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2485, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2486, 2487 e 2488, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2489, de autoria das Deputadas Cida Borghetti e Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2490, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2493, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2494, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2496, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2502, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2503 a 2507, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2508 a 2513 e 2518, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2515, de autoria do Deputado Elio Rush, com apoio do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2516 e 2517, de autoria da Deputada Elza Correia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2520, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, com relação ao requerimento que eu encaminhei a esta Mesa, queria deixar registrado que eu estou pedindo informações à Secretaria da Saúde, para poder trazer à tona e eu ter informação de quanto é que o Governo do Estado do Paraná está devendo para os hospitais do município de Ponta Grossa e, quais os hospitais que estão para receber do Estado, porque que nós sabemos que tem uma quantia significativa de vários meses atrasados.

Eu acho que é importante para todos nós sabermos a exatidão desses dados e desses números.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 483/05 e 482/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 121 e 453/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 124, 125/05; 016 e 069/06.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 141, 276, 488, 507 e 509/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 138, 156, 246, 309, 335, 391, 525 e 760/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações Administrativas:

Despachos do Diretor Geral

DESPACHO DO DIRETOR

Interessado: OSÓRIO VALTER PIETRÂNGELO

Protocolo: 7716/06

Data: 03.10.06

Despacho:

01) INDEFIRO, nos termos do parecer da Procuradoria.

02) Ao D.S.E. para publicação.

03) Ao D.A. para arquivar.

Curitiba, 08.11.06.

(a) ABIB MIGUEL

DESPACHO DO DIRETOR

Curitiba, 07 de novembro de 2006.

Interessado: IGO IWANT LOSSO

Protocolo: 8121/06

Data: 18.10.06

Assunto: Contagem de Licença

Despacho:

01) INDEFIRO, nos termos do parecer da Procuradoria.

02) Ao D.S.E. para publicação.

03) Ao D.A. para arquivar.

Curitiba, 08.11.06.

(a) ABIB MIGUEL

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de OUTUBRO/2006, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

Balancete Financeiro**Outubro/2006**

OFÍCIO Nº 037/2006

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Outubro	REF:
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		GAR260A
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
MÊS: Outubro	Exercício: 2006	Data:31/10/06

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	17.100.000,00	180.900.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	17.100.000,00	180.900.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	1.400.000,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	1.400.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	17.100.000,00	182.300.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	400.146,04	3.501.708,18
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	400.146,04	3.501.708,18
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	400.146,04	3.501.708,18
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	19.063.252,32	10.719.466,93
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	19.063.252,32	10.719.466,93
TOTAL	36.563.398,36	196.521.175,11

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Outubro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 02
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data: 31/10/2006
MÊS: Outubro	Exercício: 2006	

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	17.290.510,19	171.626.368,25
Pessoal e Encargos Sociais	14.813.227,25	146.375.078,66
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.477.282,94	25.251.289,59
DESPESAS DE CAPITAL	11.746,98	748.188,03
Investimentos	11.746,98	748.188,03
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	17.302.257,17	172.374.556,28
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
RESTOS A PAGAR	0,00	2.768.997,96
Pagamentos	0,00	2.768.997,96
Cancelamentos	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	125.510,01	2.241.989,69
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	125.510,01	2.241.989,69
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	125.510,01	5.010.987,65
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	19.135.631,18	19.135.631,18
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	19.135.631,18	19.135.631,18
TOTAL	36.563.398,36	196.521.175,11

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico
EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade



SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 129 21ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA SUMÁRIO Mesa Executiva.....45 Presenças.....45 Abertura da Sessão45 Expediente: Requerimento45		Projetos de Lei 45 Ordem do Dia: Discussão/Votação Redação Final..... 46 1ª Discussão 46 Discussão Única (Proposições) . 51 Requerimento 56 Encerramento da Sessão 56
--	--	--

DIÁRIO Nº 129

21ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA **15ª LEGISLATURA** **ATA DA 21ª SESSÃO** **EXTRAORDINÁRIA** **REALIZADA EM** **21 DE NOVEMBRO DE 2006**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Carlos Simões e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

Às dezessete horas e trinta minutos foi registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Natálio Stica, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaú-

cho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen (39).

Ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Geraldo Cartário, Elio Rusch, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Padre Paulo Campos, Ratinho Júnior e Waldir Leite (12).

Em licença médica os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Luiz Fernandes da Silva Litro e Neivo Beraldin (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimento

REQUERIMENTO Nº 2524

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens 07 e 08 da

Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 21.11.06.
(a) DOBRANDINO DA SILVA

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 483/05, de autoria do Deputado Artagão Júnior, dispondo sobre a obrigatoriedade dos hospitais, públicos ou privados, de comunicarem às Delegacias de Polícia quando da entrada em seus prontos-socorros de mulheres, crianças e adolescentes vítimas de agressão física e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 082/05, de 16/08/05, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 482/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/06, que aprova um crédito suplementar no valor de R\$ 3.456.000,00 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil reais) e um ajuste orçamentário no valor de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), alternando o vigente orçamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 482/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 3.456.000,00 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância, proveniente de cancelamento de dotações, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica incluído ao Anexo de Obras da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, conforme Anexo III, desta lei.

Art. 4º Fica procedido um ajuste orçamentário, no valor de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), de acordo com os Anexos IV e V desta lei.

Art. 4º Em decorrência do contido no artigo 4º desta lei, fica ajustado o Anexo de Obras da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, conforme Anexo VI, desta lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.10.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

1ª Discussão

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 121/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/06, que objetiva estabelecer normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná, observando as normas gerais sobre a matéria, expedidas pela União. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/06, de 20/03/06, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 121/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Poder Executivo visa objetivar normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná, observando as normas gerais estabelecidas pela União.

Legitimidade e Legalidade

A Constituição da República assegura, é de competência privativa da União legislar sobre normas gerais de licitação, *in verbis*:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no artigo 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do artigo 173, parágrafo 1º, III; (grifos nossos)

O que é competência legislativa privativa e suplementar?

Privativa: é a competência plena, direta e exclusiva de legislar.

Suplementar: é uma subespécie da competência concorrente; é aquela que preenche os vazios da norma geral; para alguns ela é “complementar”.

O fato de a Constituição definir como competência privativa da União legislar certas matérias, *in casu*, normas gerais de licitação e contratação, permitiu aos Estados legislar suplementarmente, conforme parágrafo 2º do artigo 24 da Constituição:

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

Bem assim, aquilo que for vedado (explícita ou implicitamente) pela Constituição, não será objeto de normatização por parte dos Estados:

Art. 25.....

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

A competência legislativa plena dos Estados somente poderia ser exercitada se não houvesse as normas gerais de licitação definidas na Lei nº 8.666/93, conforme o parágrafo 3º do mesmo artigo:

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.

Portanto, os Estados não podem legislar sobre normas gerais de licitação - as da Lei nº 8.666/93 - em face da competência privativa da União sobre essa matéria.

Bem versou José Afonso da Silva ao asseverar a respeito dos Estados:

Veda-se-lhes implicitamente tudo que tenha sido enumerado apenas para a União e para os Municípios. Assim, a matéria relacionada nos artigos 20, 21 e 22 explicitamente como de competência da União está implicitamente interdita aos Estados.

Dessa forma o poder regulamentar dos Estados, Distrito Federal e Municípios em normas de licitação deve limitar-se à competência suplementar (ou complementar). Naquilo que a norma federal (norma geral) já preceituou, exauriu e esgotou, não terá lugar a competência suplementar.

Cabe observar o que Andyara Klopstock Sproesser estabeleceu:

Desde logo, entendemos que, se a algum ente é dado suplementar, também lhe será possível complementar, até porque o conceito de suplementação é mais amplo, mais abrangente do que o conceito de complementação, de tal modo que quem pode suprir a falta, há de poder, por mais forte razão, completar os vazios da legislação. Aliás, os vazios são vazios porque algo neles não existe, e deve ser suprido, suplementado.

Nesse diapasão, as regras criadas pela Lei Federal nº 8.666/93 não podem ser alteradas; podem ser, sim, complementadas, o que é muito diferente.

Aos Estados e Municípios, como já foi dito, é facultado o poder regulamentar suplementar, ou seja, de

regular aquilo que a Lei Federal foi omissa ou deixou a lacuna.

Uma vez que a Constituição Brasileira não permitiu, é inadmissível que Estados e Municípios venham a alterar as normas gerais, fazendo verdadeira intervenção cirúrgica e criando novas regras e leis desfiguradas. Esse é o caso, por exemplo, da alteração das fases nas modalidades Concorrência, Tomada de Preços e Convite. Indubitavelmente, é ilegal promover-se o julgamento da proposta antes da habilitação nas modalidades convencionais definidas na Lei nº 8.666/93, visto que a norma geral definiu peremptoriamente este procedimento. Alterar essa regra geral equivaleria à criação de nova modalidade, o que é terminantemente vedado pela lei:

Art. 22 ...; § 8º É vedada a criação de outras modalidades de licitação ou a combinação das referidas neste artigo.

Quanto à fase saneadora, ou seja, destinada a corrigir falhas e erros da documentação, cabe esclarecer.

Aos Estados e Municípios:

a) não é possível estabelecê-la na Concorrência, Tomada de Preços e Convite, vez que o artigo 43, parágrafo 3º, da Lei nº 8.666/93, fixou clara e exaustivamente o poder de promover diligência, vedando-se a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta; dessa forma, não se poderia abrir possibilidade da correção de vícios documentais, porquanto a Lei nº 8.666/93 preceituou definitivamente a vedação à juntada posterior de documentos; a apresentação de novos documentos é definida excepcionalmente, também de forma exaustiva, pelo artigo 48, parágrafo 3º.

b) já no Pregão, a fase saneadora é possível à medida que a Lei Federal nº 10.520, que criou a nova modalidade, não definiu a matéria, possibilitando o exercício da competência suplementar quanto ao julgamento dos documentos de habilitação.

Por fim, cabe alertar que as alterações das regras e procedimentos em licitações e contratos administrativos, já definidos e exauridos pelas normas gerais, só admitem modificação através de Lei Federal em face da competência privativa da União. Aos regulamentos estaduais, municipais e do Distrito Federal, caberá a complementação daquilo que não foi definido ou delimitado pela norma geral.

Conclusão

Assim, o projeto ora em análise, normatizou em matéria de licitações e contratos de forma específica, objetiva e restrita, o que o identifica como sendo norma complementar (suplementar) à lei geral, em virtude das peculiaridades e da realidade do Estado. Isso implica em dizer, que o projeto ao tornar-se lei, entrará para o mundo jurídico do ordenamento, pleno de eficácia e constitucionalidade, o que gera maior segurança, e em virtude de sua regulamentação as contratações e licitações ganham maior clareza e objetividade, conforme exigem os princípios do Direito Público.

Ainda, projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa Lei Complementar nº 95/98, bem como apresentou-se de modo a complementar as normas gerais; expedidas pela União, o que veio a garantir respaldo Constitucional ao presente projeto.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 121/06

P A R E C E R :

A competência da Comissão de Finanças está prevista no parágrafo 3º do artigo 33 do Novo Regimento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária; empréstimos públicos; fixar, em cada Legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 5 de novembro de 1986.

Sobre a constitucionalidade e competência do Estado do Paraná para legislar sobre a matéria já se manifestou a CCJ.

A proposição, em seu artigo 85, traz importante mudança nas regras de licitação, invertendo as fases e permitindo que primeiro seja selecionada a melhor proposta para, somente depois, analisar a habilitação legal da concorrente vencedora. Se a primeira vencedora não estiver habilitada legalmente analisa-se a documentação da seguinte classificadora.

A matéria da presente proposição poderia ser matéria de amplo debate com todos os segmentos da sociedade, incluídos os meios acadêmicos e entidades envolvidas com o Direito Administrativo. A urgência da apreciação da matéria pelo Plenário não permite tais procedimentos.

Inegável que a proposta é um avanço nas regras da licitação.

O parecer é favorável à tramitação da proposição, pois presentes os requisitos formais e legais no tocante à competência desta Comissão.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TADEU VENERI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 453/06, de autoria do Tribunal de Justiça, objetiva criar o Fundo Judiciário, destinado à construção e manutenção do Centro Judiciário de Curitiba. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA MODIFICATIVA DA CF. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 453/06

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1º Fica criado o Fundo Judiciário, com a finalidade de prover os recursos necessários para:

I - construção, restauração, ampliação e manutenção do Centro Judiciário de Curitiba;

II - aquisição de equipamentos, de material permanente e de bens e serviços necessários à instalação e funcionamento do Centro Judiciário de Curitiba;

Parágrafo Único. Não serão admitidos, por conta do Fundo Judiciário, pagamentos de vencimentos, gratificações e encargos com custeio de pessoal.

Art. 2º Constituem receitas do Fundo Judiciário:

I - dotações orçamentárias próprias, recursos transferidos por entidades públicas e créditos adicionais que lhe venham a ser destinados;

II - subvenções, doações e contribuições de pessoas jurídicas de direito público ou privado, na forma da legislação pertinente;

III - produto da alienação de bens móveis incluídos na carga patrimonial do Centro Judiciário de Curitiba que forem considerados inservíveis;

IV - receitas oriundas de transferências orçamentárias autorizadas pelo Poder Judiciário, Poder Executivo, por Fundos e outros Órgãos Públicos;

V - receitas oriundas de convênios, acordos ou contratos firmados pelo Poder Judiciário com entidades de direito público;

VI - receitas oriundas de convênios, acordos ou contratos firmados pelo Poder Judiciário com instituições financeiras, na forma que dispuser seu Regulamento.

VII - resultado de aplicações financeiras do Fundo Judiciário;

VIII - produto da venda de cópias dos editais de licitação de obra, aquisição de equipamentos e outros bens destinados do Centro Judiciário de Curitiba;

IX - saldo financeiro apurado no balanço anual do próprio Fundo; e

X - outras receitas eventuais.

Parágrafo Único. As receitas do Fundo Judiciário não integram o percentual fixado, para o Poder Judiciário, na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 3º O Fundo Judiciário será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que o presidirá, pelo Primeiro Vice-Presidente, pelo Corregedor-Geral da Justiça e por mais 5 (cinco) membros, os quais serão nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça após aprovação pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Art. 4º Os bens adquiridos com recursos do Fundo Judiciário serão incorporados ao patrimônio do Poder Judiciário e afetados ao Centro Judiciário de Curitiba.

Art. 5º Aplica-se à administração financeira do Fundo Judiciário, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no Código de Contabilidade, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e na legislação pertinente a contratos e licitações, bem como as normas e instruções baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 1º O Fundo Judiciário será dotado de personalidade jurídico-contábil, com escrituração contábil própria, sendo seu Presidente o ordenador das despesas e o seu representante legal.

§ 2º O Fundo Judiciário prestará contas da arrecadação e aplicação de seus recursos nos prazos e na forma da legislação vigente e nos termos estabelecidos em seu Regulamento.

Art. 6º O Poder Executivo fará, à conta de dotação orçamentária própria, aportes de recursos necessários para a construção do Centro Judiciário de Curitiba, a serem consignados nas leis orçamentárias dos exercícios de 2007 e seguintes e nos Planos Plurianuais.

§ 1º O Poder Judiciário fará à conta de saldo de dotação própria do Funrejus, de que trata a Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, um aporte de até R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).

§ 2º Para efeitos do disposto no parágrafo anterior, fica aberto no orçamento do Funrejus, relativo ao exercício de 2006, um crédito de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões).

Art. 7º Os recursos financeiros do Fundo Judiciário serão depositados em estabelecimento bancário oficial.

Art. 8º Esta lei será regulamentada por Decreto Judiciário, devidamente aprovado pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, no prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados de sua publicação.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 453/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Paraná, tem como escopo criar o Fundo Judiciário, que será destinado a construção e manutenção do Centro Judiciário de Curitiba, além de demonstrar as receitas constituintes deste Fundo Judiciário bem como sua composição e organização.

Fundamentação

O presente projeto tem por objeto captar recursos financeiros necessários à construção e posterior funcionamento do Complexo Judiciário da Capital, através da criação de um Fundo Judiciário. Isso se dá, de acordo com a interpretação do artigo 98, da Constituição Estadual, a saber:

Art. 98. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

Quanto à competência para deflagrar processo legislativo sobre a matéria abordada, a Constituição do Estado do Paraná postula:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários;

Nota-se que o Tribunal de Justiça detém competência para propor tal medida, desde que atendidos os dispositivos constitucionais mencionados.

Ademais, a respeito do impacto econômico e financeiro, verifica-se que o projeto atende aos requisitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, pois demonstra que o dispêndio necessário para a consecução de tal medida será suportado pela dotação orçamentária própria do Tribunal de Justiça, conforme indicação da lei:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta lei complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que

somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

Desta maneira, conforme Informação nº 435/06 - DCO, o valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), que propõe o projeto de lei será dotada do próprio Funrejus, sendo que os R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) já estão disponíveis financeiramente e orçamentariamente pelo fundo. O restante, R\$ 10.000.000,00 (dez milhões), será arrecadado até o final deste exercício, conforme informação de Rosni José Bueno, Contador e Gilson Luiz da Silva, da Divisão de Contabilidade e Orçamento do Funrejus.

Conclusão

Dentro desse paradigma, verifica-se que o Projeto nº 453/06 encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais. Assim sendo, concluímos pela aprovação do mesmo.

Sala das Comissões, em 21.11.06.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 453/06

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, de autoria do egrégio Tribunal de Justiça, que objetiva criar o Fundo Judiciário destinado à construção e manutenção do Centro Judiciário de Curitiba, conforme especifica.

Fundamentação

Esta Comissão instigada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33 parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontra nenhum impedimento pela sua normal tramitação pelos demais órgãos deste Poder.

Conclusão

Pelo que acima foi exposto, opinamos pelo parecer favorável à sua aprovação, na forma da emenda modificativa, em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.06.
(aa) ELIO RUSCH - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 453/06

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 453/06 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica criado o Fundo Judiciário, com a finalidade de prover os recursos necessários para:

I - construção, restauração, ampliação e manutenção do Centro Judiciário de Curitiba;

II - aquisição de equipamentos, de material permanente e de bens e serviços necessários à instalação e funcionamento do Centro Judiciário de Curitiba;

§ 1º Não serão admitidos, por conta do Fundo Judiciário, pagamentos de vencimentos, subsídios, gratificações e encargos com custeio de pessoal.

§ 2º O Fundo Judiciário será extinto após três anos do recebimento definitivo da obra do Centro Judiciário de Curitiba e, na hipótese de existência de saldo financeiro, o valor correspondente será transferido para o Funrejus.

§ 3º O Presidente do Tribunal de Justiça baixará decreto dispondo sobre a extinção do Fundo Judiciário”.

Sala das Comissões, em 22.11.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari e Antonio Anibelli.

JUSTIFICATIVA:

A preocupação deste Deputado é a mesma expressada pelo Tribunal de Justiça, a de melhor qualificar-se em estrutura e meios para a boa prestação dos serviços judiciários. Entretanto, a criação de mais um fundo permanente somente para o Centro Judiciário de Curitiba, como ora proposto, já existindo o Funrejus, com todo acatamento, entendo que corre-se o risco de no futuro esvaziar o Funrejus. Porém, se fizermos uma adequação temporal ao projeto de lei em tela, conforme proposta nesta Emenda Modificativa, estaríamos cumprindo com o objetivo de estruturar do ponto de vista legal e administrativamente para a construção desta importante obra para o Paraná, sem no entanto correremos a possibilidade de no futuro esvaziarmos o Funrejus.

Na expectativa de estar dando contribuição ao processo de estruturação do judiciário paranaense, esperamos o devido apoio e conseqüentemente aprovação dos nobres pares a esta emenda.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa. observasse o seguinte, nós temos aqui a Discussão do Projeto de Lei nº 121/06, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 019/06. V. Exa. só veja aqui o tamanho da proposta do projeto de lei.

Vamos fazer uma leitura disso aqui. Como é que eu posso aprovar algo que eu não tive ainda conhecimento disso?

Sr. Presidente, só pelo calhamaço do que tem que ser estudado pelo Sr. Deputado, não há como votar esse projeto de lei. Eu não sou contra o projeto de lei. Eu sou contra ele estar na Ordem do Dia nesse momento não dando oportunidade de o Deputado estudar. Eu não quero criar obstáculo na aprovação, que não tenho nem força

para isso, mas rogo à V. Exa. e ao Presidente Hermas Brandão que está na Casa, que adiasse a discussão do Projeto de Lei nº 121/06, para a próxima Sessão, para que nós pudéssemos fazer um estudo das normas e princípios desta questão.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Atendendo a Questão de Ordem de V. Exa., eu aqui acato a sugestão do Deputado Hermas Brandão, que vote a constitucionalidade e volte só na segunda-feira, na pauta.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu concordo com a proposta do Deputado Hermas Brandão, mas se fosse possível, pelo menos uns dois dias.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Segunda-feira.

Itens números cinco e seis acatando a Questão de Ordem do Deputado Valdir Rossoni foram retirados.

Discussão Única (Proposições)

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 124/05, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 562/05, de autoria da Bancada do PMDB, que dispensa ou parcela os créditos de titularidade do FDE, ajuizados ou não, geridos pela Agência de Fomento do Paraná S/A. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

O projeto será retirado por solicitação do Sr. Deputado Valdir Rossoni, para análise.

OF/CTL/CC nº 233/05.

Curitiba, 12 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 371/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei parcialmente, o Projeto de Lei nº 562/05, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a possibilidade de dispensa ou parcelamento de créditos de titularidade do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, geridos pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tendo o veto parcial aposto incidido sobre o parágrafo único do artigo 3º e parágrafo único do artigo 12.

O parágrafo único do artigo 3º, foi vetado porque, adotando norma sem a necessária consonância com o artigo 2º e com o *caput* do artigo 3º inviabilizaria, tal como está redigido, o principal objetivo da medida que é a possibilidade de renegociação das dívidas, favorecendo

reciprocamente o Estado do Paraná na qualidade de credor e os mutuários como devedores.

O não acolhimento ao parágrafo único, do artigo 12, deve-se ao fato de que, caso aceito, o Estado do Paraná teria imensa dificuldade em renegociar com os mutuários, pois, é sabido que uma das formas para viabilizar a recuperação de valores é, justamente, o exercício da garantia vinculada ao contrato.

Assim, mais uma vez, o objetivo principal do projeto de lei que seria a renegociação de forma amigável, estaria maculado, pois, ao se liberar a garantia, dificilmente um mutuário se proporia a repactuar seus débitos.

Por outro lado, em sendo mantido o valor de dispensa integral de dívidas previsto no artigo 5º do projeto de lei, parcela significativa dos mutuários que se enquadram no parágrafo único do artigo 12 já seriam albergados de imediato com a liberação das garantias vinculadas aos contratos.

Portanto, não há razão de ser do dispositivo em análise, tendo em vista ser prejudicial ao Estado do Paraná que teria operações financeiras descobertas de garantia, aliado ao fato de que mutuários em número expressivo já estariam sendo beneficiados pela dispensa integral prevista no artigo 5º.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 562/05, encontra-se publicado no DA nº 129/05, de 22/11/05, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 124/05

P A R E C E R :

Relatório

O presente Veto Parcial do Governo é em relação à proposição aprovada neste Legislativo, de iniciativa da Bancada do PMDB, a qual dispensa ou parcela os créditos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, atualmente geridos pela Agência de Fomento. O veto é parcial e alcança os parágrafos únicos dos artigos 3º e 12, introduzidos no texto original via emenda parlamentar.

A justificativa do veto parcial, segundo o Chefe do Executivo Estadual, é em razão de julgar a disposição dos dois parágrafos contrária ao interesse público, uma vez que, na opinião do Governador, ao introduzir no texto da lei a figura da avaliação do bem atualmente, como preconiza o parágrafo único do artigo 3º, há conflito com o disposto no *caput* do artigo 2º, o qual fixa a forma de correção da dívida em condições mais favoráveis, e para uma eventual avaliação do bem atualmente há outro dispositivo (decreto do Executivo) que já possibilita esta

forma de apuração do débito, disponibilizando assim o mutuário de duas formas de negociação: enquanto o disposto no parágrafo único do artigo 12, que retira a exigência da garantia para alguns casos especificados, importaria no risco de jamais recuperar os créditos e sequer alcançar a renegociação.

Voto do Relator e sua Fundamentação

A função desta Comissão de Constituição e Justiça na apreciação dos vetos governamentais, no nosso entendimento, se desdobra em duas funções: a primeira de ordem formal e conclusiva, quando se observar se o veto observou as exigências legais, como a legitimidade da autoridade que apresentou o veto e, acima de tudo, se apresentado no prazo constitucional.

A segunda função, embora não haver expressa disposição regimental e quem o entende desnecessária, é de ordem opinativa, servindo como base para a apreciação do veto em plenária, quando se fundamenta por razões de inconstitucionalidade ou juridicidade da proposição. Já se o fundamento do veto é por razões de interesse público, estamos discutindo uma questão de mérito. Logo, o parecer opinativo, neste caso, na mesma lógica, deveria ser da Comissão Permanente de Mérito competente. Porém, como não há esta previsão regimental, talvez até com acerto, pois o próprio plenário fará a análise direta da conveniência ou não ao apreciar o veto. Já se as razões são de ordem formal, continuamos a entender que convém esta Comissão manifestar-se sobre os fundamentos da inconstitucionalidade ou antijuridicidade invocada, ainda que em forma de mero parecer opinativo, vez que não pode ter função terminativa.

Quanto ao exame das formalidades, o autógrafo do presente projeto de lei foi encaminhado e recebido pelo Executivo Estadual no dia 29 de novembro de 2005, ao passo que o veto, assinado pelo Governador do Estado, foi encaminhado e recebido nesta Casa no dia 12 de dezembro de 2005. Logo, considerando o calendário de dias úteis deste período, o veto foi apresentado dentro do prazo estabelecido no parágrafo 1º do artigo 71, da Constituição Estadual.

Quanto às razões do veto, que, por serem fundamentadas no interesse público, que segundo o Executivo inexistem, são de ordem de mérito, entendemos que não cabe a esta Comissão opinar, mas sim à plenária diretamente analisar as justificativas do veto, sobre a conveniência e oportunidade da proposição.

Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável no sentido do regular processamento do presente Veto, vez que apresentado na forma legal, e quanto às razões do veto, opinamos pela remessa do Veto diretamente para apreciação no Plenário desta Casa, pois fundamentado em razões de interesse público, o que é matéria de mérito.

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 125/05, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 563/05, de autoria da Bancada do PMDB, que dispensa ou parcela os créditos, ajuizados ou não, de titularidade do Estado do Paraná, por ocasião da privatização do Banestado. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

O projeto será retirado por solicitação do Sr. Deputado Valdir Rossoni, para análise.

OF/CTL/CC nº 234/05.

Curitiba, 12 de dezembro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 372/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei parcialmente, o Projeto de Lei nº 563/05, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a possibilidade de dispensa ou parcelamento de créditos de titularidade do Estado do Paraná adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o parágrafo único do artigo 3º e parágrafo único do artigo 12.

O parágrafo único do artigo 3º, foi vetado porque, adotando norma sem a necessária consonância com o artigo 2º e com o *caput* do artigo 3º inviabilizaria, tal como está redigido, o principal objetivo da medida que é a possibilidade de renegociação das dívidas, favorecendo reciprocamente o Estado do Paraná na qualidade de credor e os mutuários como devedores.

O não acolhimento ao parágrafo único, do artigo 12, deve-se ao fato de que, caso aceito, o Estado do Paraná teria imensa dificuldade em renegociar com os mutuários, pois, é sabido que uma das formas para viabilizar a recuperação de valores é, justamente, o exercício da garantia vinculada ao contrato.

Assim, mais uma vez, o objetivo principal do projeto de lei que seria a renegociação de forma amigável, estaria maculado, pois, ao se liberar a garantia, dificilmente um mutuário se proporia a repactuar seus débitos.

Por outro lado, em sendo mantido o valor de dispensa integral de dívidas previsto no artigo 5º do projeto de lei, parcela significativa dos mutuários que se enquadram no parágrafo único do artigo 12 já seriam albergados de imediato com a liberação das garantias vinculadas aos contratos.

Portanto, não há razão de ser do dispositivo em análise, tendo em vista ser prejudicial ao Estado do Paraná que teria operações financeiras descobertas de garantia, aliado ao fato de que mutuários em número

expressivo já estariam sendo beneficiados pela dispensa integral prevista no artigo 5º.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 563/05, encontra-se publicado no DA nº 129/05, de 22/11/05, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 125/05

P A R E C E R :

Relatório

O presente Veto Parcial do Governo é em relação à proposição aprovada neste Legislativo, de iniciativa da Bancada do PMDB, a qual dispensa ou parcela os créditos do antigo Banco do Estado do Paraná, a cargo da Agência de Fomento. O veto é parcial e alcança os parágrafos únicos dos artigos 3º e 12º, introduzidos no texto original via emenda Parlamentar.

A justificativa do veto parcial, segundo o Chefe do Executivo Estadual, é em razão de julgar a disposição dos dois parágrafos contrária ao interesse público, uma vez que, na opinião do Governador, ao introduzir no texto da lei a figura da avaliação do bem atualmente como preconiza o parágrafo único do artigo 3º, há conflito com o disposto no *caput* do artigo 2º, o qual fixa a forma de correção da dívida em condições mais favoráveis, e para uma eventual avaliação do bem atualmente há outro dispositivo (decreto do Executivo) que já possibilita esta forma de apuração do débito, disponibilizando assim o mutuário de duas formas de negociação: enquanto o disposto no parágrafo único do artigo 12, que retira a exigência da garantia para alguns casos especificados, importaria no risco de jamais recuperar os créditos e sequer alcançar a renegociação.

Voto do Relator e sua Fundamentação

A função desta Comissão de Constituição e Justiça na apreciação dos vetos governamentais, no nosso entendimento, se desdobra em duas funções: a primeira de ordem formal e conclusiva, quando se observar se o veto observou as exigências legais, como a legitimidade da autoridade que apresentou o veto e, acima de tudo, se apresentado no prazo constitucional.

A segunda função, embora não haver expressa disposição regimental e quem o entende desnecessária, é de ordem opinativa, servindo como base para a apreciação do veto em plenária, quando se fundamenta por razões de inconstitucionalidade ou juridicidade da proposição. Já se o fundamento do veto é por razões de interesse público, estamos discutindo uma questão de mérito. Logo, o parecer opinativo, neste caso, na mesma lógica, deveria ser da

Comissão Permanente de Mérito competente. Porém, como não há esta previsão regimental, talvez até com acerto, pois o próprio Plenário fará a análise direta da conveniência ou não ao apreciar o veto. Já se as razões são de ordem formal, continuamos a entender que convém esta Comissão manifestar-se sobre os fundamentos da inconstitucionalidade ou antijuridicidade invocada, ainda que em forma de mero parecer opinativo, vez que não pode ter função terminativa.

Quanto ao exame das formalidades, o autógrafo do presente projeto de lei foi encaminhado e recebido pelo Executivo Estadual no dia 29 de novembro de 2005, ao passo que o veto, assinado pelo Governador do Estado, foi encaminhado e recebido nesta Casa no dia 12 de dezembro de 2005. Logo, considerando o calendário de dias úteis deste período, o veto foi apresentado dentro do prazo estabelecido no parágrafo 1º do artigo 71, da Constituição Estadual.

Quanto as razões do veto, que, por serem fundamentadas no interesse público, que segundo o Executivo inexistem, são de ordem de mérito, entendemos que não cabe a esta Comissão opinar, mas sim à plenária diretamente analisar as justificativas do veto, sobre a conveniência e oportunidade da proposição.

Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável no sentido do regular processamento do presente Veto, vez que apresentado na forma legal, e quanto às razões do veto, opinamos pela remessa do Veto diretamente para apreciação no Plenário desta Casa, pois fundamentado em razões de interesse público, o que é matéria de mérito.

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 016/06, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 788/05, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 062/05, que autoriza o Poder Executivo a reduzir as alíquotas do ICMS na importação de bens e mercadorias. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 006/06.

Curitiba, 06 de janeiro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 453/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 788/05, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o estabelecimento industrial paranaense que realizar a importação, de bem ou

mercadoria, através de aeroportos e dos portos de Paranguá e Antonina, com desembaraço aduaneiro no Estado, poderá beneficiar-se com a suspensão do pagamento do ICMS devido nessa operação, nas condições que especifica, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o inciso III do artigo 1º e sobre o artigo 10.

O não acolhimento aos dispositivos acima apontados, decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado da Fazenda, esclarecendo que os mesmos conflitam com as Leis Complementares Federais nºs 24/75, 87/96 e 101/00 e com a Lei Complementar Estadual nº 107/05 e, ainda, porque não guardam harmonia com julgados do Superior Tribunal de Justiça (por exemplo o Rec. Esp. nº 235.324/SP - desprovido), cuja Corte firmou jurisprudência de que o fato de um bem estar direta ou indiretamente ligado ao processo de produção ou comercialização de mercadorias ou ainda à prestação de serviços de transporte e comunicação não descaracteriza a sua condição de bem de uso ou consumo. Esta condição é determinada pelo fato deste bem ser completamente destruído no processo produtivo, não bastando o seu simples desgaste, sendo que a necessidade de uma substituição periódica é fato inerente à atividade

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração desta colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 788/05, encontra-se publicado no DA nº 148/05, de 14/12/05, em 1ª Discussão, como Substitutivo Geral).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 016/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 788/05 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 62/05, autoriza o Poder Executivo a reduzir as alíquotas do ICMS na importação de bens e mercadorias, foi objeto de veto parcial do Sr. Governador Roberto Requião.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer de que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Jocelito Canto**)

Vamos proceder votação nominal e aberta. É a primeira da Casa. Eu até passo a Presidência para o Deputado Hermas Brandão para ter essa honra de fazer essa eleição.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito ao 1º Secretário que faça a chamada dos Srs. Deputados. Favoráveis a manutenção do veto é SIM; contrários a manutenção do veto é NÃO.

Deputado Carlos Simões para fazer a chamada.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, os Deputados Federais eleitos da Bancada do PT - Deputado Vanhoni e André Vargas - pedem que sejam justificadas suas ausências por estarem em Brasília, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente justificado.

SIM - dezenove votos.

NÃO - quatorze votos.

Fica mantido o Veto.

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 069/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 796/05, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que estabelece normas de prevenção das doenças e critérios de defesa da saúde dos trabalhadores em relação às atividades que possam desencadear Lesões por Esforços Repetitivos - LER, no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 220/06.

Curitiba, 19 de julho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 185/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 796/05, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos, por mim endossados, expostos no adiante transcrito Parecer da Secretaria de Estado da Saúde, cuja assessoria procedeu análise sobre a matéria:

“Reportamo-nos em atenção ao Projeto de Lei nº 796/05, que estabelece normas de prevenção das doenças e critérios da saúde dos trabalhadores das esferas públicas e privadas do Estado do Paraná, com finalidade de protegê-los das Lesões por Esforços Repetitivos - LER.

Dentre as exigências esposadas no projeto de lei em comento, destaca-se às penalidades estabelecidas no artigo 5º do referido projeto.

Segundo se depreende da justificativa do mesmo, o objetivo do projeto em análise é assegurar “aos trabalha-

dores normas de prevenção dessas doenças e critérios de defesa da saúde que possam desencadear Lesões por Esforços Repetitivos - LER”.

De acordo com o parecer técnico do Centro Estadual de Saúde do Trabalhador, bem como da Assessoria Jurídica desta Secretaria, somos de parecer contrário ao projeto de lei em questão, em razão da matéria ser prerrogativa da União legislar sobre as relações de trabalho e, que tal projeto, trata deste assunto especificamente na área de Segurança e Saúde do Trabalhador.

Em sendo assim, não cabe ao Estado versar sobre a matéria, posto tratar-se de competência privativa da União, conforme disposto no inciso I, do artigo 22, da Constituição Federal, que assim prevê:

Art. 22. Competência privativa à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Dec. Lei nº 5.452/43 - Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 796/05, encontra-se publicado no DA nº 148/05, de 14/12/05, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 069/06

P A R E C E R :

Do Projeto

De autoria do Deputado Cesar Seleme, o Projeto de Lei nº 796/05 estabelece normas de prevenção das doenças e critérios de defesa da saúde dos trabalhadores em relação às atividades que possam desencadear Lesões por Esforços Repetitivos - LER no Estado do Paraná.

Do Veto

O Chefe do Poder Executivo julgou-o com base no artigo 87, VII e parágrafo 1º do artigo 71, como inconstitucional, alegando ser de competência da União nos termos do artigo 22 da CF:

Competência privativa da União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral ... e do trabalho.

Do Voto

O Veto se encontra em conformidade com as disposições legais e constitucionais, estando em condições de ser submetido ao julgamento do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

Solicito ao 1º Secretário Deputado Carlos Simões que proceda, novamente, à chamada para votação dos Srs. Deputados.

Mais uma vez salientando: quem votar SIM estará votando pela manutenção do Veto e quem votar NÃO estará votando pela derrubada do Veto.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Na verdade, estava olhando o Veto e não veio acompanhado da justificativa, o porquê foi vetado, até mesmo porque este projeto já foi votado há um bom tempo na Casa e não lembro todo conteúdo deste projeto. Gostaria de poder ter em mãos para poder analisar e saber que artigo, por que o Governador vetou.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Na mesma linha de argumentação da Deputada Luciana Rafagnin.

Não entendo exatamente quais foram as razões do Veto, até por que não há e obviamente é correto que não haja, mas não há a justificativa da CCJ, não acompanha pelo menos, o porquê do Veto.

Então, eu gostaria de saber por que foi vetado, porque o projeto foi votado por unanimidade e parece-me que é um projeto extremamente interessante para todos os trabalhadores do Estado do Paraná.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Na mesma direção. É importante que conheçamos com mais profundidade, porque o processo de discussão, eu lembro que discutimos bastante, é um projeto muito interessante, e do jeito que está assim solto, sem capitularmos exatamente os artigos, a minha tendência é votar contra o Governo, votar contra o Veto, porque me parece extremamente importante e decisivo para os trabalhadores essa propositura, principalmente porque é uma questão autorizativa do Deputado Seleme, mas é preciso conhecer o teor para votar sem equívoco.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Apenas respondendo a Questão de Ordem levantada pelo Deputado Tadeu Veneri e pelas Sras. Deputadas, para as Lideranças, com exceção do Deputado Tadeu Veneri, porque houve uma falha, foi entregue com o relatório do projeto e das razões do veto.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Para Encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero pedir à Base do Governo, estão liberados. Vou votar contra o veto e se a Base me acompanhar não

veja nada demais derrubarmos esse veto do Governo. O projeto realmente é bom. E também aqui está a prova de que não somos encabeçados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)
(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**).

O SR. RENI PEREIRA (PSB)
Pela Ordem, Sr. Presidente.
Não entendi bem o encaminhamento. Eu queria votar a favor do projeto e contra o veto.
Então, quero mudar o voto. Não é mais envelopinho. Votei SIM e quero votar NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
V. Exa. pode corrigir o voto.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)
Meu voto é NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)
Deputado Reni Pereira, mudamos para NÃO.
(**Procede à chamada nominal**)
Vinte nove NÃO e três SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Vinte e nove votos NÃO, Três SIM.
Portanto, **está mantido o projeto e derrubado o veto**.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Eu gostaria que V. Exa. daqui para frente passasse uma regra. À justificativa - caso faltar um voto ou dois, o Deputado vem aqui e pede para mudar o voto. Então, veja o perigo que estamos iniciando, hoje, na primeira votação de vetos, em voto aberto. Estamos mudando no decorrer da votação o voto. Se fosse o voto secreto, não poderia mais votar. O resultado seria na apuração. Aqui, pode se conduzir de forma inversa o interesse do governo ou o interesse da Assembléia Legislativa.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Perfeitamente.

Requerimento

Sobre a mesa, Requerimento nº 2524, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente.
Retirado pelo Autor.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

